



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 56

Sessão Ordinária Fevereiro

2.º Reunião em 26/02/2021

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Nero Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Raúl Ventura Martins, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Jerónimo dos Santos Dias, David Filipe Ramos Silva, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão não faltaram deputados no início dos trabalhos.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, e Joana Fonseca Valente.

Faltaram os Vereadores Manuel Oliveira de Sousa e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Nuno Manuel Marques Pereira, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Jerónimo dos Santos Dias, e David Filipe Ramos da Silva.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, João

Miguel Moniz Laranjeira Silva, António Manuel Santos Salavessa, Ana Margarida dos Santos Valente, e Cláudia Maria Pinto Ferreira, pediram escusa.⁰⁰³

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia Henrique da Rocha Vieira, se fez substituir nesta reunião da Sessão por Nuno Frederico Miranda Leite.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu nota dos restantes pontos da “Ordem-do-Dia” constantes da convocatória da sessão:

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 10NOV20 a 15FEV21;

Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação " Instalação do Conselho Municipal da Juventude do Município de Aveiro";

Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação " Por medidas de melhoria do sector dos resíduos e a aplicação de tarifa social automatizada";

Ponto 6 - Apreciação e votação da Moção "Por uma moratória ao aumento da taxa de gestão de resíduos e uma maior comparticipação dessas verbas para os municípios".

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 10NOV20 a 15FEV21.

(A informação Escrita sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

"Muito boa noite a todos. Nesta nota de introdução a este ponto, queria realçar dois ou três aspectos. É um relatório que é longo, mas ao mesmo tempo, bem mais do que a importância do cumprimento, é a importância da matéria que ele que retrata.

Foi um período mais longo do que o normal, mas obviamente foi um período de muita atividade, atividade muito intensa e, portanto, há uma diversidade enorme de aspetos que estão relatados, que respeitam a todas as frentes do trabalho da nossa Câmara Municipal, sabendo que entendemos dar um espaço de ponto de situação daquilo que são frente das obras, dos projetos em desenvolvimento nesta fase. Aliás como sabeis fazemos isso com alguma regularidade perante a Assembleia Municipal.

E a primeira nota é exactamente aqui. Nós temos hoje um conjunto muito vasto, o ponto 92 do relatório é muito claro, procuramos deixar esta dimensão total das obras que já terminámos neste mandato autárquico, decorridos que estão os seus três primeiros anos. As obras que estão em curso atualmente por todo o município e que são muitas e de diversa tipologia. Os procedimentos que estão em concurso portanto aqueles projetos que terminaram e que estão em fase de concurso. Que obviamente é uma fase fundamental entre o projeto e a obra. E os projetos que temos em desenvolvimento nesta fase da nossa vida.

Uns mais próximos do final, nomeadamente um vasto conjunto de escolas de primeiro ciclo, algumas delas integrando também jardins-de-infância que estão nesse grupo e outras em fase inicial de desenvolvimento. Enfim, a maior parte delas, projetos elaborados por gabinetes privados contratados para o efeito, outras delas desenvolvidas por técnicos da própria Câmara Municipal.

Neste grupo eu gostava de destacar, enfim, duas obras que se falam menos, mas são muito importantes. Porque elas têm a ver com o património e tem a ver com cooperação com outras entidades, desde logo a obra de reabilitação da Igreja das Barrocas que está já a entrar na sua fase final.

A Igreja das Barrocas é um elemento de Património Nacional e entregue ao cuidado do Ministério da Cultura, no caso à nossa Direção Regional de Cultura do Centro. Essa obra obviamente é feita no âmbito de um acordo formal que negociámos e assinámos com a DRCC para, enfim, cuidar de um bem preciosíssimo que temos na nossa Cidade e no nosso município, mantendo obviamente ela, a sua propriedade, no seu titular. Enfim, foi o acordo que fizemos e a maior parte do investimento vai ser assumido pela Câmara em cerca de 75% do custo total e que irá acabar acima dos 100 mil euros e apenas uma parte dos tais cerca de 25 mil euros são assumidos pela DRCC.

Uma outra obra que começou muito recentemente e também a ver com o património e que está naquela fase de transição para a propriedade da Câmara Municipal, embora já está entregue à nossa gestão, portanto já está na nossa mão há três anos é a Igreja das Carmelitas, depois de ter tido integrada na obra de reabilitação do Convento das Carmelitas, onde atualmente e já há muitos anos está a funcionar o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro. E nessa obra conseguimos incluir a mudança do telhado da Igreja, que foi muito interessante, porque o dinheiro que tínhamos até no nosso contrato de fundos comunitários com o Centro 20-20, em vez de o termos usado para o telhado, estamos a usá-lo para a reabilitação do interior da própria Igreja e das paredes exteriores. Há também um conjunto de componentes também ligados à qualificação da própria Talha, para cuidarmos de uma peça patrimonial que é muito rica e muito importante.

Esta é uma obra 100% da Câmara, embora aqui financiada por fundos comunitários integrados no nosso pacto.

Este foi o tempo de adjudicarmos a obra de qualificação do Rossio que integra as pontes praça. Estamos neste momento na fase de formalização do contrato para seguir para a etapa formal e última que é a fase do visto do Tribunal de Contas. E, portanto, está neste momento a tramitação a ser desenvolvida e também como está referenciado em várias componentes do relatório, estamos numa fase também de execução de muitos procedimentos, uns já entregues aos empreiteiros e outros em fase de adjudicação de qualificação de arruamentos por todo o município, vários deles integrando as redes de águas pluviais.

Sempre que um arruamento vai ser pavimentado e não tem a rede de águas pluviais, obviamente fazemos sempre essa qualificação, porque sabemos que a água é o pior inimigo do pavimento dos nossos arruamentos e, portanto, é preciso tirá-la.

Neste relatório queremos também dar noção deste brutal investimento que fizemos nestes 6 anos últimos de qualificação do nosso parque de viaturas e de máquinas especiais.

São 2 milhões de euros. É um investimento brutal. É uma grande capacitação que permitiu, tem permitido, obviamente que a Câmara aumenta-se a capacidade da sua administração direta, como costumamos dizer, e assim baixasse custos fixos, nomeadamente na área da manutenção, porque obviamente o nosso parque de viaturas era muito velho e as manutenções eram brutais e, portanto, temos aí também uma capacidade muito importante e quisemos que ela fizesse parte do relatório.

Assim como o trabalho que vamos desenvolvendo, com materialização de muitos objetivos de pequena dimensão e não tanto, alguns objetivos, alguns investimentos, já com alguma expressão no quadro dos contratos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia também dedica-mos uma parte nesta componente do relatório.

Segundo a nota que queria partilhar com todos é o PRR. Está obviamente em discussão pública até à próxima segunda-feira. Na segunda-feira, em nome da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, é nessa condição que anunciarei a posição que aprovámos na passada segunda-feira por unanimidade, os 11 presidentes de Câmara de Câmara da CIRA, onde, obviamente vai estar em 1º lugar, o nosso protesto e a manutenção da nossa luta pela pelo financiamento de fundos comunitários para ampliação e de qualificação do nosso Hospital de Aveiro, no quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga que também integra, obviamente os hospitais de Estarreja e de Águeda.

Enfim, os protestos vão pelo país todo, como se tem lido e, obviamente, eu também quis na reunião que tive com o Senhor Primeiro-Ministro anteontem, lamentar profundamente que os 8 objetivos que consensualizamos na Região Centro, e foram os 100 municípios, as Universidades, os Politécnicos, as Associações Empresariais, todas as forças vivas da região, consensualizamos a defesa de 8 objetivos. Cinco dos quais são na área da Saúde, dois na área das rodovias e um na área do digital e das telecomunicações.

Obviamente que temos que protestar todos nesta coisa da consulta pública. Porque dos 8, nenhum consta do PRR. Mas enfim, o PRR vai ficar seguramente como está, vírgula menos vírgula, e nós vamos prosseguir o trabalho de grande intensidade para cumprirmos os objetivos que temos. E além do mais, já o disse há 8 dias, repito, no próximo dia 4 de Março teremos notícias importantes sobre o desenvolvimento de um dos objetivos que está bem no PRR, que é o eixo rodoviário Aveiro/Águeda. Mas perceberão todos como é que se vai fazer e como é que nós todos temos que dar à perna por mecanismos de equipa à séria, como queremos que haja também no objetivo do Hospital, porque queremos que as coisas possam acontecer de facto.

De resto, o combate à pandemia continua a ocupar obviamente muito do nosso trabalho, do nosso investimento. Voltámos a entregar os 420 computadores portáteis aos nossos alunos, começando obviamente por os mais carenciados, e comprámos mais 162 para, enfim, porque o grupo aumentou e, portanto, tivemos que fazer essa compra. Felizmente, conseguimos uma compra rápida, porque encontramos uma empresa com um pequeno stock, mas servia para nós e, portanto, estão comprados e entregues estes 582 computadores portáteis aos nossos alunos. E também comprámos, são cerca de 200, a Internet por 3 meses, para que obviamente essa competência exista.

Nas refeições escolares estamos com 1000 cabazes. Portanto para os alunos que estão em casa, para os alunos do escalão A e de escalão B. E temos 50 refeições diárias na escola de acolhimento. Tem sido essa a média nos últimos dias de 50 crianças e crianças e adolescentes e temos mais 25 alunos que estão em outras escolas.

São 3 as escolas que estão no quadro da lógica daqueles alunos que precisam de estar na escola para fazer a sua a sua atividade lectiva.

De resto, o fundo apoia famílias, tem sido muito usado. Estamos a usar, obviamente, sempre na medida das necessidades como é evidente. Não dissemos que não a ninguém. Obviamente que há um ou outro processo que tem ser melhor visto, mas esta frente continuar a funcionar.

E também, e para terminar, este apoio extraordinário ao Galitos. Que é para o Galitos e é também para o Sporting Clube de Aveiro, para que os seus atletas de alta competição, os do Galitos da nataçãõ e os do Sporting Clube de Aveiro da nataçãõ adaptada, possam continuar o seu trabalho de treino, obviamente para manter esse nível. E, obviamente o gás da destes três meses, que anda à volta dos 14 mil euros (Janeiro, Fevereiro e Março)

assumimos o compromisso de pagar porque obviamente a receita do funcionamento das piscinas desapareceu. Portanto deixar estas notas, nestas três frentes. Obras e Projetos, PRR e o combate à pandemia. Muito obrigado."

(Entretanto deu entrada na sala a vogal, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu).

Membros da Assembleia

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

"Boa noite a todos e a todas. Obrigado Senhor Presidente. Relativamente a este ponto da análise à atividade municipal, o PCP regista alguns aspetos que gostaria de ver clarificados pelo Executivo em determinadas áreas. Nomeadamente sobre a as obras públicas em curso e projetadas. É do conhecimento público o volume de obras que decorrem ao mesmo tempo em Aveiro. De acordo com ca comunicação do Senhor Presidente, cerca de 70 execução, para além dos projetos a implementar e a investir.

Na nossa visão refletem um pouco a antítese daquilo que se exige num planeamento do território inteligente, resiliente, sustentável e sobretudo participado. Porque nesta questão que nós colocámos aqui é por que razão este conjunto de obras públicas, embora necessárias, não colocamos aqui a pertinência de algumas, embora a forma como elas foram desenhadas podemos discutir, mas neste ponto não questionamos a questão da necessidade delas, mas não foram planeadas para serem executadas desfasadamente. Porque é que elas se concentraram grandemente neste presente ano, presente ano civil? E sabendo nós que há atrasos implícitos nas obras por diversos motivos, atrasos no fornecimento de matérias, problemas de confinamento dos próprios trabalhadores das construção civil, etc., etc. Portanto, nós estávamos a prever esta situação, por que razão é que a este afloramento grande neste período. Para nós, parece-nos que há uma preparação, digamos, o ato eleitoral.

Sobre o projeto de descaracterização do Rossio. Como é que o Senhor Presidente avalia o facto de ter afirmado em Junho de 2018, nesta Assembleia, de que o projeto do Rossio se derrapasse para o dobro em relação à estimativa base de 4,7 milhões de euros, então não haveria viabilidade e assunto encerrado.

Neste momento o Senhor assume um projeto que já vai em cerca de 12 milhões de euros. Importa referir, também, que o consórcio privado que adjudicou entrará apenas com cerca de um quarto do valor total da obra, mas obtendo uma renda anual garantida, mais um período de 5 anos de carência de pagamentos de renda, mais a exploração a custo zero do Parque subterrâneo do Mercado Manuel Firmino, mais a garantia da exploração dos Parques de estacionamento por 40 anos.

Trata-se, de facto, uma prática que este Executivo já nos habituou. Um negócio privado à custa do investimento público tal como aconteceu com os Transporte Públicos Urbanos. E passando então para outro ponto sobre a privatização dos transportes públicos. O senhor Presidente tem defendido sempre a concessão destes a Transdev, justificando que só esta poderia assegurar a sustentabilidade de Aveiro/Bus. O PCP desde o início foi contra este negócio ruinoso para a qualidade e os direitos dos trabalhadores e utentes. A prova disso é que esta privatização tornou-se no típico sumidouro de dinheiros públicos e se não vejamos, a Transdev irá receber de Fundos Públicos na ordem dos 700 mil euros, sendo 67% por via do Orçamento do Estado, pelos programas em curso da redução tarifária, e os restantes 33% pagas por verbas próprias do município.

Isto é, os impactos da pandemia na redução do lucro da Transdev vão ser compensados por um apoio financeiro extraordinário da Câmara. Para além do município suportar a sua

conta os aumentos tarifários 2022/2021. Ou seja Senhor Presidente, quando acabar o apoio, este apoio extraordinário, os utentes passarão a pagar mais pelo tarifário do passe? Para terminar sobre os apoios aos alunos das escolas do concelho de Aveiro. O PCP questiona o senhor Presidente se já verificou composição dos cabazes alimentares que estão a ser fornecidas aos alunos? É que vários encarregados de educação têm alertado que a quantidade e determinados tipos de produtos alimentares não são suficientes.

Outro ponto. O PCP questiona também os critérios que estão a ser preconizados para a atribuição dos dispositivos tecnológicos, por exemplo, os tablets aos alunos. Ou seja o critério é a atribuição de um dispositivo por agregado familiar ou é por um aluno?

É que é preciso ter em conta que um agregado familiar que tenha 2 ou mais jovens dependentes, obviamente necessitará de um dispositivo para cada aluno. Atendendo que muitos deles frequentam escolaridades diferentes muitas das vezes com o mesmo horário lectivo.

Por fim, para terminar, na área da Cultura gostaríamos de saber sobre uma referência que vem esplanada na própria Atividade do Município, por que razão é que não houve um maior investimento no apoio direto aos artistas locais? Por exemplo, na realização de eventos alternativos, por exemplo, online, dentro das limitações e circunstâncias que vivemos. Porque tivemos alguns exemplos, alguns municípios que até fizeram roteiros dentro do próprio município, ambulantes, de artistas, com vários tipos de instalações, que percorreram dentro do interior dos concelhos para dinamizar e apoiar também directamente este sector que está a viver uma situação dramática e atendendo que grande parte destes trabalhadores e agentes da Cultura têm vínculos precários, têm vínculos de trabalhador independente e, portanto, merecia uma especial atenção e cuidado também do município. Obrigado."

Vogal Eduardo Antunes (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente e boa noite para si, boa noite senhor Presidente da Câmara, e boa noite a todas e a todos e em especial boa noite ao público que nos está a acompanhar.

Começamos por fazer uma pequena referência ao ponto 22, que o Bloco de Esquerda considera que revela a deriva identitária da direita portuguesa, que se agarra a tentativas de remexer na história à procura dos seus momentos dourados. Consideramos que aprovar o nome de rua 25 de Novembro, mesmo sem ter nenhuma rua destinada para já, é dar um passo hiperactivo para o rescrever da história. É um projeto de longo prazo da extrema-direita que retira que retira a crucial importância ao marco que foi o 25 Abril de 1974 para a democracia portuguesa. É dar azo a que a direita tradicional que é necessária ao nosso sistema político, seja a pouco e pouco completamente engolida pela extrema-direita.

Por isso, no que toca ao Bloco de Esquerda e se este executivo apoiado pelo PSD e CDS pretende dar o nome de 25 de Novembro a uma rua em Aveiro, só aceitamos que o seja, justificado por ser um património comum aos aveirenses e a toda a população. E sugerimos que essa referência se faça a 25 de Novembro, que é o Dia Internacional da eliminação da violência contra as mulheres.

Falamos sobre o ponto do acordo entre a Câmara e o Aveiro/Bus e a Transdev, este é um tema muito importante. Como é sabido o Bloco de Esquerda tem sido crítico desta concessão desde o primeiro dia porque trouxe menos opções para os aveirenses, menos carreiras e piores serviços. Entregou-se um sector vital para a política do município, dado a um privado e impossibilitando que os executivos futuros criem políticas de fomento de transporte suave, o que é cada vez mais uma emergência e é algo que este executivo teima em não ver com seriedade.

Quem beneficia com esta solução é apenas a Transdev. A Autarquia já paga neste momento uma renda anual superior a 1 milhão de euros à Transdev. E pagará também o novo ferry e o arranjo das paragens de autocarros. Mas também são os fundos comunitários que têm garantido a compra de novos autocarros. Ou seja, grande investimento público para um privado e para benefício exclusivo deste privado.

Mesmo assim, apesar de pagar tudo isto, a Câmara Municipal decide dar um apoio extraordinário de 700 mil euros, sem se perceber muito bem quais são as contrapartidas dadas pela Transdev.

Parte desses 700 mil euros, mais 200 mil vêm do PART e outros 250 mil euros vêm do PROTransP, ambos programas estatais. Este último PROTransP devia ser um programa do Governo que serve para aumentar a oferta de transportes públicos para além das zonas do Porto e Lisboa.

Por isso, no nosso entender, o que a Câmara Municipal está a fazer é ir buscar o dinheiro ao Orçamento de Estado que tem o objetivo claro de aumentar o número de autocarros, de opções de transporte e dá esse dinheiro à Transdev, que está a fazer o contrário, que é reduzir esse número autocarros.

Portanto parece-nos que falta algo a ser explicado por aqui Senhor Presidente Ribau Esteves.

Não há um acréscimo de qualidade, não de quantidade, de oferta de transporte para a população e este executivo tem uma intervenção que perpétua que assim seja. Mesmo que a Transdev falhe nas suas obrigações de serviço público fundamental, as torneiras de investimento público estão sempre abertas no que dependerá deste executivo. Nós discordamos imensamente desse modelo.

Está à vista de todos que a Concessão foi um erro que cometemos e que teimamos em existir. É necessário criar um serviço público municipal neste setor, porque está à vista de todos que esta situação é um buraco sem fundo de dinheiro público, sem oferecer o serviço que é necessário às populações. Por isso, o Bloco defende a remunicipalização e também a inter-municipalização. Achamos que faz sentido construir um serviço regional no que toca aos transportes públicos. É necessário também a redução do preço dos passes, a digitalização de serviço, a construção de políticas de mobilidade suave, uma bem maior oferta de carreiras, quer dentro da cidade, como nas periferias, que nos parecem que estão um pouco esquecidas.

Sobre as obras, o que reúne vários pontos. É um ano eleitoral e já foi aqui questionado pelo PCP também. A multiplicação de obras não espanta, mas parece-nos que motiva algum tipo de explicação.

Lamentamos que o executivo não tenha protegido os interesses da população de Nossa Senhora de Fátima e tenha promovido um modelo urbanístico com prioridade ao automóvel, com trânsito rápido que divide a localidade a meio, uma solução que apresenta maior perigosidade e que não se coaduna com os vários usos do cruzamento, nomeadamente para alfaias agrícolas. É importante dizer que o próprio Ministério das infraestruturas veio desmentir a Câmara Municipal e revelar que foi a Câmara Municipal quem recusou a rotunda.

Sobre as obras da Avenida. O documento do executivo diz que se regista um bom exercício de execução e compatibilização com a vida da Avenida. Bom, nós discordamos desta afirmação. Uma das artérias mais importantes da cidade, está interrompida, no nosso entender, já há demasiado tempo. Houve atrasos e problemas nas obras, como o próprio Presidente reconhece, e agora aponta-se a conclusão das obras para Fevereiro de 2022, mas veremos se não existirão mais atrasos e nova data terá que surgir.

Achamos também interessante referir que com realocização do monumento aos mortos da grande guerra, se descobriu um documento de 1933 e Senhor Presidente quis deixar a sua

marca, com assinatura ao lado deste. É um pouco exemplificativo como olha para a política.

Sobre estes atrasos, veremos também se o prazo de execução da obra do Rossio, que tem estipulado 16 meses neste momento, veremos se não surgem mais atrasos.

E sobre essas obras do Rossio, o executivo camarário não deve, em nosso entender, desenvolver como está no documento, um trabalho intenso de marketing.

Não é uma questão, no nosso entender, de vender o documento, de vender o trabalho que se fará, quando a maioria dos aveirenses sabe que este projeto não tem pés nem cabeça. Não faz sentido para os projetos que as cidades necessitam de estabelecer quando se pensa no futuro. Não faz sentido para uma cidade de Aveiro, sustenta mobilidade suave e partilhada, como defendemos. Não faz sentido, porque como constante marca deste executivo, surge para satisfazer vontades de poderosos privados, subjugando a Cidade aos grandes interesses hoteleiros, o que facilita a especulação imobiliária e o que não permite a intervenção do município, não fomenta a habitação, excepto para classe alta.

Não faz sentido, porque não corresponde a necessidades da população no presente e no futuro. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [009](#)

Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Bom o que acabámos de ouvir há uns minutos atrás demonstra uma ignorância absoluta da história de Portugal. Mas enfim, qualquer dia a comissão de toponímia irá fazer uma proposta de uma qualquer rua de Nicolas Maduro, pois na região como temos uma grande comunidade na Venezuela são capazes de ficarem contentes por ter o nome daquele que os faz passar fome. Mas pronto.

Relativamente ao relatório de actividade dos últimos três meses, regista um longo conjunto de realizações, como é habitual, das quais merecem destaque, na nossa opinião, as seguintes:

O Plano Municipal de Apoio ao Associativismo, que continua a ser, principalmente no momento que atravessamos, um suporte importantíssimo na vida das associações culturais, sociais e desportivas, muitas das quais, com a impossibilidade de realizarem actividades, viram as suas receitas sofrerem uma quebra muito significativa ou até mesmo total. Estes acordos são assinados e as verbas transferidas de imediato tal como contratualizado, permitindo assim às beneficiárias aguardar que as condições sanitárias permitam o retomar das suas actividades.

A Bienal de Cerâmica Artística, cuja 15ª edição decorre este ano, atingiu recordes de participação em número de artistas e de obras apresentadas a concurso, confirmando assim a notoriedade que este evento tem a nível internacional, com a participação de artistas de 58 nacionalidades diferentes.

Um terceiro ponto que não poderíamos deixar de assinalar, foi o falecimento do Padre João Gonçalves. A obra que o Padre João deixou feita nas diversas organizações onde colaborou ficará para sempre na memória dos aveirenses, que não deixarão de o lembrar sempre pela simpatia e jovialidade, com que abordava cada um de nós.

Relativamente às obras em curso, têm-nos chegado informações de alguns munícipes relativamente à falta de informação prévia e atempada de situações inevitáveis no decurso dos trabalhos, mas cuja imprevisibilidade causa transtornos que poderiam ser diminuídos ou evitados.

Falo, por exemplo, do corte do abastecimento de água devido à substituição de condutas ou do corte dos acessos a propriedades particulares. Situações estas, que os empreiteiros deveriam ter devidamente planificadas e delas dar aviso àqueles que vão afectar. Não nos

parece correcto que alguém precise de sair de casa e não consiga tirar o carro porque foi aberta uma vala e disso não tivesse tido conhecimento prévio.

Noutros municípios vê-se que há o cuidado de informar através de placas colocadas nas vias em obra do tipo de obra a ocorrer, daquilo que essa obra vai implicar e do tempo que a mesma vai durar, com indicação da data de início e data final. Esta informação, que a Câmara deveria obrigar os empreiteiros a prestar e que deveria ser fiscalizada sistematicamente, iria levar certamente a um maior cumprimento de prazos e à redução dos transtornos causados.

Ainda outra obra, que foi aqui o assunto abordado há uns meses aqui na Assembleia Municipal, de que muitos aqui duvidaram da solução encontrada, foi a rotunda do Colégio Português que, para aqueles que duvidaram da solução encontrada devido ao desnível, aconselho que passem por lá e vejam como é que os camiões a transpõem.

Um outro aspecto que julgamos dever merecer uma posição de força dos municípios é contrariar por todos os meios, a facilidade com que a EDP deposita contentores, postos de transformação, verdadeiros mamarrachos em ambiente urbano, sem cuidar minimamente da sua envolvente.

Aconteceu recentemente na esquina das ruas José Luciano de Castro e Pedro Vaz D'Eça, e também no loteamento junto à escola básica das Barrocas, mas vai acontecendo um pouco por todo o lado.

Já o mesmo não se pode dizer de cidades como Lisboa, Porto ou Guimarães onde esses equipamentos não estão instalados do mesmo modo como o fazem em Aveiro. Se nalgumas cidades é possível a sua ocultação, porque não acontece o mesmo na nossa?

Por último, tomámos conhecimento da resposta da Câmara à consulta pública sobre o licenciamento de uma segunda célula de resíduos urbanos no aterro sanitário localizado na UTMB, em Eirol. Em que a Câmara alerta para um conjunto de situações que devem ser tidas em conta nesse processo.

Relativamente a este novo aterro previsto no projecto inicial e devido ao estado de enchimento do primeiro aterro, gostaríamos de colocar à Câmara as seguintes questões:

Qual o prazo inicialmente previsto para o enchimento do aterro da fase A inaugurada em 2012?;

Qual o ponto de situação actual relativamente a este aterro;

Quais as razões que levaram ao não cumprimento dos prazos inicialmente previstos, antecipando assim o enchimento do aterro da fase A?;

Atendendo à diminuição do prazo de enchimento do aterro A, é expectável que sejam cumpridos os prazos previamente definidos para o enchimento da fase B? Ou é expectável que os prazos para o enchimento possam ser encurtados?

Finalmente, que garantias pode ter o concelho de Aveiro para que, após o enchimento de todas áreas previstas para aterro, deixaremos de ser definitivamente o depósito dos lixos da região?

Por último e ainda relativamente à Central de Tratamento Mecânico Biológico, propomos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que seja organizada uma visita dos membros desta Assembleia a esta unidade. Pois estamos certos que muitos de nós desconhecemos as instalações e os processos ali usados e seria certamente uma boa ocasião para que ouvíssemos os responsáveis pela unidade darem-nos a resposta a estas e a outras dúvidas que certamente existem. Disse"

Vogal Ernesto Barros (CDS)[010](#)

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

"Obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta sala e também todos os que nos assistem e suas casas. Como é a minha primeira intervenção deste novo formato mais mediático, permita-me só um minuto para o congratular por ter vencido algumas forças de bloqueio e ter conseguido efetivamente colocar esta Assembleia na casa das pessoas. É um acto absolutamente democrático, porque assim todos os aveirenses que quiserem conseguem ver efetivamente o que é que se discute nesta Assembleia Municipal.

E, portanto, congratulo-o pela sua insistência e pela sua perseverança em ter levado esta empreitada por diante. Tem também uma coisa excelente. É que respira-se outro ar nesta Assembleia. Os aveirenses que não se iludam. Porque isto não foi sempre assim. Parece, mas não foi.

E, portanto, esta é a segunda vantagem de nós termos câmaras aqui a filmar. Vá saber-se porquê, determinadas pessoas alteraram o seu comportamento, as suas intervenções e respira-se um ar diferente, apesar de infelizmente termos máscaras, que não nos permite respirar da forma natural. Congratulo-o por isso e encerro aqui estes parênteses.

Sobre o documento em si, três ou quatro notas muito simples. Primeira nota sobre os transportes. Uma desgraça! Uma desgraça. Já eram maus, já não funcionavam bem e pasme-se, agora há um reforço de verba para a empresa concessionária que não tem a devida correspondência na prestação de serviços.

Aliás, é mais do que claro qual é o objetivo, porque está escrito na comunicação do Senhor Presidente, dar este apoio extraordinário à empresa que explora os transportes.

E, portanto, não há uma correspondência no serviço prestado aos aveirenses face a este reforço de verba.

Se isto já de si era mau, veja-se então aqui uma ou duas questões. 700 mil euros para a empresa concessionária, no âmbito do apoio Covid! É o que aqui está escrito. Mas agora vamos comparar com os apoios que também estão aqui definidos. Aos Bombeiros por exemplo e a escala é brutal. Há os cabazes que foram oferecidos, tidos como apoios ao comércio local, e a escala também é brutal. Estamos a falar de uma diferença de dezenas milhares, para centenas de milhares. E, portanto, Senhor Presidente, mesmo o reforço às associações desportivas que elencou, é evidente tem o seu programa de apoio ao investimento e a prática regular, mas em termos de Covid o número é absolutamente minimalista face a este apoio que deu aos transportes.

E, portanto, não se percebe, não se percebe qual é verdadeiramente o benefício que os aveirenses retiram deste apoio que o município dá à empresa de transportes, porque não há uma reciprocidade de serviço prestado aos aveirenses. A talho de foice, dizia o Senhor Presidente também e aproveitando a questão dos transportes, que não tinha neste segundo confinamento, que não tinha suprimido a taxaço do estacionamento, porque era preciso criar rotaço! Ó senhor Presidente pelo amor de deus, eu vou todos os dias à Avenida e é estacionamento à primeira. Nem é preciso fazer marcha-atrás, é de frente. Porque a Avenida está vazia.

E, portanto, arranje lá outra razão para não suprimir a taxaço do estacionamento porque essa não pega, essa não pega. Aliás, basta passar na Avenida, aliás, é engraçado que o Ernesto Barros que me antecedeu, dizia que ninguém se queixa o trânsito na Avenida! Pois não. Não há pessoas na rua devido ao confinamento. É proibido sair à rua, como é que as pessoas se hão-de queixar!

Hoje fui à Avenida e, como há ali qualquer coisa organizada, para entrar na Avenida demorei um quarto de hora e tive que andar às voltas, porque alguém inventou uma coisa particularmente impeditiva de chegar à Avenida com facilidade.

E, portanto, em termos de transporte e em termos de apoio Covid, eram estas as notas que gostaria de deixar.

Sobre o PRR. Também estamos entendidos. Andámos aos zig-zag. O Senhor Presidente escreve uma coisa, diz outra. A Assembleia Municipal interrompe-se e quando regressamos o Senhor Presidente já diz uma coisa diferente daquilo que disse na semana passada. Acrescenta alguns pontos do que vai lendo dos jornais, etc, etc e pronto. Já percebemos que o PRR é um instrumento útil neste momento, em termos políticos, para tudo e mais alguma coisa. E o Senhor Presidente aqui nesta Assembleia, não está como Presidente da CIRA, está como presidente da Câmara Municipal de Aveiro (ouvem-se vozes). Pois eu sei daqui a pouco também está como deputado da assembleia da república, tenha lá calma. Pois eu sei que temos um aqui, mas é nosso e é dos bons.

Mas portanto, aqui no PRR já todos percebemos e para já nesta primeira intervenção ficaria por aqui.

Obras. Ó Senhor Presidente explique-nos, começando por uma obra simples, mas complexa porque é a Avenida, porque é que nós temos que comprar um "diário" para ter as fotografias da Avenida na sua história. Por que é que nós não podemos obtê-las diretamente da Câmara Municipal? Qual foi o custo deste processo para a Câmara Municipal? Então se o Senhor Presidente tinha intenção de perpetuar a Avenida que vai destruir, mais valia fazer uns álbuns e cedê-los ou disponibiliza directamente a população.

Relativamente às obras. Deixe-me que lhe diga que o cenário que está escrito na sua comunicação, só tem uma palavra. É verdadeiramente assustador. "Assustador". Se calhar não precisamos só das fotografias da Avenida. Precisamos de fotografias da Cidade e do município inteiro, porque algum dia quando cá chegarmos, nem sequer sabemos onde é que estamos a morar, onde é que estamos a viver, ou porque ruas é que temos de percorrer. Porque o elencar de coisas que o Senhor Presidente tem aqui, chamam-se virar a cidade do avesso, completamente do avesso.

Mais. Este é claramente um documento que reporta a actividade de Dezembro a Fevereiro, mas o Senhor Presidente projeta aqui as obras até ao final do mandato!

Olhem, está aqui uma frase curiosíssima que diz: obras a iniciar nos próximos 6 meses! Ora, nos próximos 6 meses, significa que estamos a falar de obras podem começar tanto em Fevereiro como em Outubro e, portanto, se calhar, já estamos a falar de obras para o próximo mandato.

Voltando às obras. Não se percebe como é que o Senhor Presidente veio para aqui queixar-se que os empreiteiros não fazem, que não aparecem, que não têm material, que estão confinados com o covid, etc, etc. e continua a lançar obras. Portanto das duas, uma. Ou temos de facto um problema e que eu reconheço que é real e que nem sempre as obras correm como nós esperamos e há limites para as derrapagens, mas a verdade é que o Senhor Presidente continua a lançar obras como se não houvesse amanhã. E a verdade é que se calhar não há."

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰¹²

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

"Boa noite a todos. Eu gostaria de fazer umas pequenas perguntas acerca da Actividade Municipal, sobretudo em algumas áreas que me são mais caras.

E começo de novo pelo contencioso. Ei gostaria de perceber se não existem outros processos além daqueles que estão elencados na folha, que são os do Tribunal Administrativo?

Nós sabemos que a justiça anda lenta e agora com o Covid um pouco mais, mas estou convicta de que neste município existem processos cíveis e talvez processos criminais,

aquelas coisas mais banais provavelmente. E, portanto, eu continuo a não perceber se apenas só foram movimentados aqueles processos administrativos. Nós deveríamos ter acesso aos processos que estão em curso, porque é um direito que nós temos, de saber o que é que se passa com esses processos.

Ou se então todos os processos terminaram, também gostaríamos de saber como é que aquilo que terminou.

Posto isto, tinha aqui algumas perguntas para fazer, nomeadamente sobre as árvores. A folhas 36 da Actividade Municipal, encontra-se dito que foram colocadas mais 10 árvores! Não percebo aonde? Continuo a ver a minha cidade cada vez mais despida de árvores.

Devo dizer ao Senhor Presidente que aquela árvore que foi colocada junto do Tribunal e que eu na altura falei, disse que estaria a cair, não tenho dúvidas nenhuma, era muito velha, mas o que é certo é que a árvore que lá está, desculpe-me usar este termo, é um bocadinho pindérica porque ela não cresce. Ou então tem falta qualquer coisa e não se desenvolve. É muito é muito magrinha, muito magrinha. Mas não é só esta!? Encontram-se outras por aí, como por exemplo no fim da Rua Guilherme Gomes Fernandes, está lá, depois das obras que andaram a fazer na Rua do Gravito, um pequeno quadrado com uma árvore pequenina que foi colocada na altura do Natal e eu até pensei, isto vai crescer e vai aqui transformar-se numa grande árvore de Natal, mas ela continua pequenina.

Eu não sei onde fazem a escolha das árvores se é por elas serem maiores ou mais pequenas, ou se lhes falta alimentação. Isso é uma coisa que me preocupa.

Nem vou aqui falar sobre as árvores da Avenida. Porque isso é uma coisa que me incomoda sobremaneira, a mim e à maior parte dos aveirenses.

Gostaria também de perceber a razão de existir um elemento que está na estação e que diz assim "estação". Aquilo foi feito para ficar ou qual é a razão de ser daquele elemento? Está ali no meio, estraga aquele conjunto de azulejos que é uma obra característica da nossa cidade, que já foi classificado várias vezes, não me parece que aquilo tenha qualquer razão de ser e considero que não fica bem. Não fica bem e gostava de saber porquê está lá. Deve ter um motivo, uma razão.

Gostava também de perguntar em relação à Agrovouga, fez a feira online, e caso nos possa informar, qual é o resultado económico da mesma? As pessoas que foram visitar visitaram online, não vão presencialmente dadas os problemas da pandemia, mas se houve muita adesão a esta feira, gostava de saber qual o resultado económico.

Quanto às obras na Avenida. Eu não gostaria de falar sobre elas. Mas tenho que dizer que é umas obras que me dizem muito. Dizem-me muito e a Avenida diz-me muito. Eu nasci na Avenida, sou aveirense de gema e as obras que ali estão a fazer nem o desgraçado do Soldado Desconhecido conseguiu manter, foi posto de lado.

Eu até posso vir a achar que aquilo está muito bem feito. Neste momento eu acho que isto é um atentado à nossa individualidade como a aveirenses que somos. E parece-me que Avenida deveria ser objeto de algumas obras, tudo bem. Mas a maneira como estão a ser feitas são de uma forma que não são nada agradável. E nem se pode dizer e não falo do Movimento a Avenida. Eu falo das pessoas que tinham ali os seus negócios. Das pessoas que os pequenos comerciantes, o comércio tradicional, que tanto pediu para não se iniciarem as obras porque já tinham os problemas prementes da pandemia, vão continuar a tê-los, mas se tivesse havido talvez uma abertura e uma boa vontade de não iniciar de imediato estas obras, talvez eles agradecessem mais. Eu como aveirense agradecia porque eu gosto de ver a minha cidade linda. E devo dizer que estou a ver a minha cidade feia. E a cidade está transformada num estaleiro. As obras são necessárias, mas tantas obras ao mesmo tempo e, neste momento, não percebo a razão de ser.

Fica aqui, portanto, a minha opinião sobre estas matérias. E as questões que lhe coloquei gostaria de ver respondidas. Disse."

Vogal Nelson Santos (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

"Muito boa noite a todos, votos que estejam todos bem. Senhor Presidente que bom é ver Cacia em obras. Cacia esperou trinta ou quarenta anos por estas obras.

A requalificação da Quinta do Loureiro e da Póvoa do Paço. Acabaram as escolas em Cacia do tempo de Salazar. Assim esperamos ter mais alunos, maior qualidade, e menos alunos que os pais metem em Aveiro, porque antes as escolas de Cacia não tinham condições.

Classificação urbana da Avenida Europa e se toda a sua alteração que vai trazer a rede viária de Cacia e da Quinta do Loureiro.

O apoio que esta Câmara Municipal de Aveiro dá às Associações. Nomeadamente agora com a reclassificação do ringue do CENAP, da rotunda Lusa Vouga, a requalificação da rua do Vale Caseiro, a requalificação das ruas de Cacia e de Sarrazola, a requalificação da Rua dos Ervideiros que era uma das piores. A Zona Industrial Aveiro Norte, em 90% é na freguesia de Cacia. Os Cacienses agradecem Senhor Presidente porque está no bom caminho.

Uma última questão. O que é que se passa com a Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe? Quem é que não lhe deixa fazer essa obra Senhor Presidente? Obrigado."

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

"Obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores deputados. Há um ditado velho que diz. "É preso por ter cão e preso por não ter".

Se não tivéssemos obras, se não se fizessem, diziam que esta Câmara era incompetente, que não era capaz de nada e outras coisas semelhantes.

Fazem-se obras, são muitas, deviam ser menos, enfim. Esta é a velha história em que não se chega a conclusão nenhuma. Eu li o documento e ando aí pelo concelho nos meus momentos de fim-de-semana, nas minhas voltinhas, e apercebo-me que todo o concelho está em obras. Há estaleiros por todo o lado. Falo com as populações, falo porque conheço muita gente no concelho, falo com as pessoas, interpelo-as sobre as obras que estão a ser realizadas e não vejo ninguém que esteja contra. Até hoje não encontrei ninguém que se manifestasse contra qualquer obra nova que esteja a ser feita à sua porta, na sua freguesia, no seu lugar.

Portanto, Deus que é Deus, não agrada a todos, mas neste caso Senhor Presidente congratulo-me por estes grandes investimentos. São as obras que foram já concluídas, as obras que estão em curso, as obras estão adjudicadas, que estão em preparação e, portanto, não há dúvida nenhuma que Aveiro, finalmente, tem um Presidente de Câmara dinâmico, com obras profundas, e muito importante, devidamente e financeiramente controladas. E nem sempre foi assim.

A nossa Avenida. Ao longo dos anos, eu como a Dr.ª Seiça Neves conhecemos bem a Avenida. E muitas intervenções foram feitas pelas Câmaras no passado. Mas foi sempre para estragar. Foram sempre soluções erradas. Erradas. Uma das últimas então foi aquela coisa de tirar a calçada do passeio central e cimentar ali uma pista em betão com umas argolas de ferro, mesmo que aquilo não tenha piada nenhuma, mas quem o fez achou que tinha feito uma grande obra e ninguém se indignou. Foram portanto sendo feitas intervenções ao longo dos tempos, de mau gosto, e que descaracterizou o projecto inicial.

Finalmente chegou alguém que faz um arranjo e uma intervenção na Avenida pensada, estruturada, com projectos devidamente elaborados por profissionais e que demorará o seu tempo a concluir.

Com certeza trará alguns constrangimentos às pessoas que são comerciantes porque temporariamente as pessoas não podem passar por ali. Mas obras são obras. Uma pequena obra que a gente faça dentro de casa, bem sabemos o incómodo que provoca, mas que depois de concluídas dizemos, valeu a pena.

Não tenho dúvidas de que a Avenida vai ficar excelente, vai ficar com um look extraordinário. Os incómodos das obras e recordo-me bem de ter sofrido e o que passei e os meus colegas na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, quando foi calçada essa rua e a Praça Marquês de Pombal.

E na altura, o Senhor Presidente da Câmara com quem falámos, dizia "são obras o que é que quer que eu faça". E portanto há coisas que não se podem realmente evitar e realmente temos de ter um bocadinho de paciência e capacidade de sofrimento, porque na verdade é que as obras têm que se fazer. Mas trazem realmente algumas dificuldades e os seus aborrecimentos como todos realmente concordam.

Portanto Senhor Presidente da Câmara, temos aqui assim uma descrição com muitas obras, obras em curso, obras que a seu tempo estão todas devidamente concluídas, uma delas que se iniciará em breve é a Rua Dr. Mário Sacramento e gostaria de lhe perguntar se fosse possível, se aqueles pequenos jardins, aqueles pequenos canteiros à frente dos prédios se vão manter assim? Ou se entretanto serão requalificados, ou são retirados, e como é que vamos ter realmente a Rua Doutor Mário Sacramento, uma das principais artérias de Aveiro. De momento é isto que realmente tenho para dizer. Obrigado."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁶

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰¹⁸

Vogal Francisco Picado (PS)⁰¹⁹

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰²⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²¹

"Boa noite Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimentar todas as pessoas que nos estão a assistir. A opção da bancada do PSD para a requalificação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga não é de agora. Entendemos que este processo devia estar inscrito no PRR, na dita bazuca. Tudo deveria ser feito lá porque há financiamento para todos os projetos que lá entrem e que sejam a opção do Governo.

A Câmara Municipal de Aveiro readquiriu os terrenos que estavam na posse de um banco, com possibilidade de construção de vários prédios de vários andares. A Câmara Municipal de Aveiro readquiriu os terrenos, limpou o estádio Mário Duarte e os Armazéns Gerais, estando neste momento os terrenos disponíveis para o Governo utilizar.

A não entrada da requalificação do Centro Hospitalar Baixo Vouga no PRR foi, é, a opção do Governo. Não há nenhum funcionário do Centro Hospitalar Baixo Vouga, não há nenhum utente, não há nenhum cidadão da nossa região, que não queira a requalificação. O PRR nasceu com um grande problema de saúde trazendo ao de cima as deficiências do mesmo sistema nacional de Saúde.

No Centro Hospitalar do Baixo Vouga esta pandemia foi mais um momento que mostrou a todos ou muitos, a necessidade da requalificação do Hospital. No PRR havia dinheiro para esta requalificação. Nos outros programas, temos concorrer, temos que ir à luta. E após esta crise social e económica dura, não se sabe se estes programas vão ter dinheiro para este financiamento.

Por isso a bancada PSD seguindo a Câmara Municipal de Aveiro, a CIRA, e a Região Centro, queria deixar aqui o seu pesar, na opção do Governo em não incluir o nosso Hospital de Aveiro no PRR.

Neste processo a Câmara Municipal de Aveiro e os aveirenses já fizeram a sua parte. Todos esperamos que o Governo faça a sua, introduzindo ainda a requalificação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga no PRR a bem do mesmo, a bem dos aveirenses, e a bem da Região de Aveiro."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

"Obrigado. Muito obrigado a todos pelas questões. David Silva, as suas questões são também a do Partido Socialista. Esta dor que tendes de termos obra estarmos a trabalhar. É perceptível isto porque dava-vos muito jeito que nós não tivéssemos obras e que não estivéssemos a trabalhar. É triste! É triste que alguém esteja perturbado porque estamos a trabalhar e temos obra. Mas é o PS que temos! É a pobreza que temos. E eu estou disponível para ajudar o Francisco Picado para, eventualmente anda com erros de comunicação, não vai ai site da Câmara, não vê as notas de imprensa, mas estou ao seu dispor para o ajudar a não se perder na cidade e a poder encontrar sempre o caminho do progresso. Eu sei que para o PS encontrar o caminho do progresso não é fácil, mas nós ajudamos com todo o gosto.

Aquilo que estamos a fazer David é uma operação que arranca em termos absolutos, legais e financeiros em Abril de 2017, porque foi nesse ano que nós nos libertámos daquele espartilho grave por não cumprimos a Lei dos Compromissos, por não ter fundos disponíveis. E, portanto, na altura ou até essa altura, só podíamos fazer investimentos naquilo que a lei de referência como os serviços públicos essenciais.

E portanto é partir daí que arrancámos para uma situação de normalidade me termos de não ter o limite legal e o limite financeiro e podermos ter avançado com muitos projetos, com muitos concursos, com muitas obras.

Obviamente que procuramos sempre fazer planeamento, articulação entre as obras, mas nem sempre isso é possível. Dou-lhe 2 ou 3 exemplos. Em Santiago, por causa da habitação social que alguns disseram, que é uma frente muito importante do nosso trabalho. Em Santiago na primeira obra, uma obra muito simples de 400.000 euros de qualificação de apartamentos de inquilinos nossos e alguns de ex-inquilinos porque eram apartamentos que estavam sem uso e profundamente degradados, só podíamos pôr gente lá a viver depois de fazer obras, nós só tivemos empreiteiro ao terceiro concurso. E, portanto, não há planeamento que aguento isto.

A segunda obra, que está neste momento a terminar, uma obra muito difícil, mas muito importante, quase 2 milhões e meio de euros em Santiago, só conseguimos arranjar empreiteiro ao segundo concurso, não há planeamento que aguento isto.

A terceira grande obra que está neste momento em actos preparatórios para arrancar, uma obra enorme, são 3,3 milhões de euros, vai intervir em 12 blocos e em mais de 100 apartamentos, tivemos um empreiteiro que ganhou o concurso, montou estaleiro e foi à falência. E mais nenhum dos outros que tinha concorrido quis a obra. Toca a ir o concurso abaixo, quisemos agora introduzir algumas alterações, lançar novo concurso e lembro que lançar um concurso desta envergadura demora sempre de 4 a 6 meses para toda a tramitação burocrática, fechando no visto do Tribunal de Contas. E, portanto, só à segunda e que tivemos empreiteiro. Portanto as coisas são assim.

Porque é que a rotunda da LusaVouga na Avenida Europa acabou primeiro do que a do Solar das Estátuas, que estava previsto ao contrário. Todo o trabalho que fizemos era ao contrário. Porque andámos quase 2 anos para comprar uma pequena parcela de terreno, porque o senhor, o seu dono legítimo, não a quis vender por preço nenhum e tivemos que a expropriar. Foi por isso o motivo principal, depois há outro motivo, que o empreiteiro da rotunda da LusaVouga cumpriu em absoluto, foi um empreiteiro excelente e este

empreiteiro do Solar das Estátuas não conseguiu cumprir por problemas com os seus subempreiteiros. Mas houve algum problema de maior na circulação na Avenida Europa?. Claro o Francisco Picado acha, que se sai de casa e morasse em Cacia, em cima da hora de entrar no seu serviço e passasse a estas duas obras, pois com certeza era capaz de se atrasar uns minutinhos. Mas houve algum problema de fluidez de tráfego? Olhem não vale a pena. Nós temos muitas obras em execução, mas não nenhum problema grave. Nós temos hoje na cidade, vamos às principais só.

Rua da Pêga, há algum problema em especial com a circulação, nomeadamente no cruzamento que ela tem tão intensamente frequentado e circulado, nomeadamente por ser um dos principais eixos de entrada e saída. Mas houve algum problema de maior?

Avenida. Obviamente a Avenida é hoje aquela que maior impacto tem. Mas fizemos desvio de tráfego e a circulação dos transportes públicos, tranquilos da vida.

Na Avenida Europa temos três obras em simultâneo, duas rotundas e as obras da passagem desnivelada sobre a linha do Norte. Há algum problema de maior com isso?

Em Cacia como disse o Presidente Nelson, a Avenida Europa no troço central só se circula num sentido e o desvio é feito pelo interior da vila. Há algum problema de maior?

Na antiga estação a obra que fizemos criou algum problema a alguém? Nas obras do Fernando Távora que inauguram de meados do ano passado, houve algum problema? Portanto é bom que nós saibamos que a ordem natural das obras traz alguns incómodos, mas de facto aquilo que temos conseguido fazer tem sido absolutamente compatível.

Agora fazer uma obra como a Rua dos Ervideiros reconstruir uma não estrada, porque aquilo não era uma estrada, mas reconstruir profundamente é uma obra delicada. Mas quando ela chegar ao seu ponto crítico, por causa da circulação que é intensíssima, já a Rua João Casal vai estar pronta. Vai bater certo? Vai. Espero que não haja problemas com os empreiteiros para que aquilo que acabei de dizer não seja desmentido pelos acontecimentos.

As obras que estamos a fazer em Aradas, na Rua Capitão Lebre, que é uma obra também muito delicada porque estamos a mudar uma rede de águas. Está a começar a obra, aquilo a que chamamos a estrada de São Bernardo, embora não seja o nome rigoroso é o nome mais popular, a ADRA vai mudar a rede de água toda. Vai haver umas horas em que não é possível haver abastecimento, Jorge Greno. Não sei se têm consciência de como se muda uma rede de água. Às vezes é possível ter ao lado da velha a nova e a mudança demora uns minutos. Mas às vezes não é possível e a mudança leva algumas horas. Ou de vez em quando uma entrada de uma garagem ter de estar impedida algumas horas. Às vezes há erros, é um facto. Mas é às vezes. Mas de todos modos quando tenham esses problemas enviem um SMS um mail para nós podermos agir rapidamente. Mas são casos muito pontuais.

Agora o quadro de gestão deste conjunto de obras, nos quatro cantos do município, São Jacinto está em obras. Estamos a construir uma ciclovia urbana. Estamos a reparar os telhados da habitação social de São Jacinto. Mas há algum problema com isto. Nós temos de ver as coisas pelo lado da verdade e da vida. E não pelo lado da politiquice e da mentira. Depois há outro exercício que é, concordamos ou não concordamos com as obras. Com certeza. Viva a liberdade. Mas embora em regra aquilo que ouvimos aqui na nossa Assembleia Municipal é concordância com as obras.

Ana Maria não gosta da obra da Avenida! E qual é o problema nisso? Então agora temos que estar todos de acordo em relação a tudo. Era o que mas faltava. Então e a Ana Maria está errada? Não. É a sua perspectiva que é diferente da nossa. Que a Avenida vai ficar muito melhor do nosso conceito urbano, qualidade do peão, estrutura arbórea, iluminação pública, águas pluviais para as pessoas não andarem a chapinharem os pés na água da chuva - claro que sim.

Mas vamos gostar mais ou menos? Olhem é o gosto de cada um. Olhem eu hoje visitei a obra e estive lá até com um ilustre socialista. Esteve a dar-me os parabéns porque aquele troço da Avenida/Praça está bonito. Uma das coisas que ele achava, até me escreveu um texto, a dizer. Vocês não são capazes de remontar o monumento ao Soldado Desconhecido. E hoje, apanhei-o lá por mero acaso, ele estava a olhar para o Soldado Desconhecido e, tem a obra terminada, está impecável. E o documento que lá pusemos Eduardo, não é para nada. É apenas uma nota histórica. O que é que aquilo me dá a mim em termos do meu ego? Nada. Mas é um elemento histórico. É uma partilha de quem recebe um documento de 1933, que num exercício raro de mudar um monumento de lugar e se coloca na companhia daquele documento um documento de 2021, que seguramente na nossa vida não é provável porque o Bloco de Esquerda não deve ganhar eleições autárquicas tão cedo em Aveiro, e a minha previsão é de que não ganhará nunca se mantiver estas lógicas negativas que tem tido, e aquele monumento hoje está humanizado. Está ao pé das pessoas. Está ao lado de uma Magnólia belíssima que joga muito bem com a presença da estátua. A Ana Maria gostava mais de o ver no meio dos carros. Tudo bem. Vivamos a diferença de opinião de forma tranquila. Mas aquilo que vamos ouvindo das pessoas é que de facto as coisas estão a ficar melhor. A avenida Europa está a ficar melhor. A Rua da Pêga está a ficar fantástica. É o que vamos ouvindo mesmo de quem ouve os outros. Porque de quem só se ouve a si próprio na sua cegueira política partidária, pois com certeza que vai continuar a dizer coisas que estão desfasadas da realidade.

É este o quadro é que nós estamos a trabalhar. É este o quadro em que vamos continuar a trabalhar com grande intensidade e é minha convicção que vamos poder aumentar a intensidade.

Não sei se repararam na semana passada saiu um aviso do Programa Operacional Centro, 20 20, fundos comunitários, que nos dá a oportunidade de financiar obras que nós não tínhamos ponderado financiar. E vamos candidatar obras no valor de cerca de 15 milhões de euros. Com a probabilidade de as financiarmos a 85% a fundo perdido.

Estão hoje 3 delas em construção, estão em obra, mais duas com o concurso em desenvolvimento, mais três delas com o concurso lançado até ao próximo mês de Abril.

Com esse dinheiro que vamos receber nós vamos alavancar ainda mais a nossa capacidade de realizar.

Mas para podermos ir a este aviso, que é um aviso de fim de linha, em que só lá vai quem tem objectos com maturidade. De concurso público lançado para mais. Obras em execução como nós temos porque somos uma Câmara que é capaz de fazer. Como temos sido capazes de fazer temos hipóteses de vir a receber estes fundos comunitários de fim de linha e fazer mais. É este exercício onde nós estamos. E isto tudo é para quê? Isto tudo é para as pessoas. Isto tudo não é para nenhuma eleição. Olhem, vão ver as coisas.

Fui aqui às minhas notas e o boletim municipal de Novembro de 2019, nota de imprensa de 22 de Outubro, tínhamos na altura 111 obras e projectos. Estávamos a dois anos de eleições. A nossa primeira inauguração, já falei aqui nisto, eu marquei o mais fantástico da minha carreira foi o relvado do Estrela Azul 2 meses depois de tomarmos posse. A nossa vida é uma vida de cumprimos o compromisso que assumimos com os nossos cidadãos neste mandato. Mantendo a recuperação financeira da Câmara, está obviamente bem consolidada. Gerindo bem esta desgraça que nos aconteceu, há um ano, e que vai continuar a estar na nossa vida do COVID-19 e que a Câmara mantém grande capacidade financeira a vários níveis para esta batalha apoiando os cidadãos que precisam de ajuda, apoiando as IPSS, apoiando os Bombeiros, toda a gente. Só ainda não lançamos grande pacote (que é bem maior que os 700.000 euros) de apoio direto ao comércio, porque, obviamente, não faz sentido quando temos a maior parte do nosso comércio fechado estarmos a lançar a campanha nesta altura.

Felizmente, o Governo anunciou hoje que apresentará o plano de desconfinamento no dia 11 de Março, para nós também podermos planear esse lançamento, sabendo que aquilo que perspectivávamos de ter um programa de ação de apoio nesta recuperação social e económica apenas até final de junho, obviamente vamos tê-lo todo o ano, porque o COVID não vai desaparecer, infelizmente, da nossa vida de um momento para o outro.

E aquilo que aconteceu nos Transportes nestes valores é uma decisão da maior correção da parte do Governo de Portugal. Os Transportes são um dos sectores com maior impacto negativo da pandemia. E o Governo agiu bem de reforçar um instrumento que já existia, que era o tal PART e criar um novo só por causa da pandemia, o tal PROTransP.

Para quê? Para segurar as empresas e os postos de trabalho, se não vão à falência as empresas e perdem-se os postos de trabalho. Agiu bem O Governo. Dos nossos 700.000 euros, dois terços vem do Governo, mas um terço é nosso.

Eu até me dava mais jeito dizer mal do Governo, mas eu digo mal e digo bem quando tenho de dizer bem. É uma lei do país muito sensata e muito avisada. E obviamente que hoje, nesta fase, em que nós estamos a ter uma frequência nos nossos transportes públicos de cerca de um quarto. Neste momento estamos a aproximar-nos de um terço. Mas nas últimas semanas um quarto dos utilizadores normais.

Quem é que tapa um buraco financeiro que isto cria? Manda a Lei do Estado do país e bem que tem de ser o Estado porque isto são transportes funcionam em nome do Estado, ninguém privatizou nada. Estes transportes são públicos, são da Câmara, outros são do Governo central, mas são todos públicos. Nós apenas entregamos operação a entidades privadas.

É este o quadro em que nós estamos a trabalhar. E é este o quadro que nós vamos continuar a trabalhar, com sustentabilidade, com rigor, com qualidade. É evidente que era muito mais fácil ter dito, não, não reduza as carreiras para metade ou para um terço. Foi o que aconteceu o ano passado, mas nós dissemos negativo. Só vão 5 pessoas naquela carreira quando antes do confinamento iam 50, muito bem eu quero o autocarro a funcionar para essas 5 pessoas. Mas para podemos dar esse serviço a essas 5 pessoas é preciso pagar. Se não a empresa não aguenta, não é possível aguentar. E esta é uma decisão óbvia do Governo do país, correta e, obviamente, da Câmara.

É este o quadro em que nós estamos a viver e a trabalhar bem. A qualidade de serviço é boa, a resposta neste tempo de crise é boa e, obviamente, queremos sair dela o mais rápido possível como é evidente, para passarmos a outro patamar neste processo.

Uma outra nota que eu gostava de dizer de forma muito objectiva e sumária ao Eduardo, é que nós não estamos aqui a defender grandes interesses hoteleiros.

Olhe a obra do Rossio não vai servir diretamente hotel novo nenhum! Vai servir os que lá estão. Um hotel e vários hostéis, e vai servir a sede nova do Partido Socialista.

Nós não estamos a fazer esta obra do Rossio para servir o hotel Moliceiro e a sede nova do Partido Socialista. Não é por causa disso. E muito menos desse seu fantasma dos grandes grupos económicos. Nós, felizmente, somos um município que está no número um do índice da Marktest como Filipe lembrou. E é por causa de ter uma Câmara boa? Com certeza que damos a nossa ajuda. Nós e os que nos antecederam. Mas o que justifica sermos número 1 é sermos uma terra de gente empreendedora.

De empresas privadas que são o motor da economia, que dão emprego e criam riqueza. Essa é que é a razão número um. Depois há um conjunto de motores auxiliares muito importante, obviamente que sim. A Câmara um deles, claro que sim. A nossa Universidade de Aveiro é outro, claro que sim, etc.

É este o jogo e as empresas privadas são algo de fundamental e de importância elevadíssima para a nossa vida. O Bloco alimenta os seus fantasmas, obviamente ficará com eles, porque é uma questão ideológica absurda.

Jorge dar nota de, eu vou solicitar à ERSUC, acho que é boa ideia de fazermos uma visita, escolhendo aí o tempo mais indicado para ter respostas corretas. Porque neste momento não há respostas exactas às questões que o Jorge colocou.

Basicamente, a vida útil da célula 1 reduz cerca de 30%. E a vida útil da célula 2 depende de vários fatores. Um deles, seguramente vamos falar sobre ele, é a questão dos bio-resíduos. É que se nós vamos conseguir cumprir as metas (nós Aveiro) e nós país, dos bio-resíduos, da recolha seletiva, e do tratamento específico dos bio-resíduos, porque eles são hoje cerca de 40% daquilo que nós colocamos nos nossos contentores cinzento, cuja maior parte vai para o aterro.

Portanto há aqui um conjunto de fatores que condicionaram a resposta objetiva. Se se isto correr bem, nos bio-resíduos a vida útil da célula 2 até pode ser muito maior. Se continuarmos a fazer como até aqui, ah pois, com certeza, que em vez da vida útil ser reduzida em 30% poderá ser reduzida em 50 ou 60. Portanto há aqui vários fatores que temos que combinar.

Quanto ao futuro. Da minha parte, chega de Aveiro estar a prestar este serviço à região. São muitos anos. Prestámo-lo bem, mas em devido tempo, ainda é cedo para começar essa discussão com os nossos municípios parceiros na ERSUC.

O Parque da Estação assim como a Rua nova de acesso à Escola de Verdemilho, são obras que estão à espera para terminar de tempo seco durante alguns dias por causa das pinturas. Não é possível, nós temos desde o final de Novembro sempre com chuva, tirando ali os primeiros 10 dias de Janeiro, mas que foram muito frios e não permitiu sair a água do solo. Portanto a obra está quase pronta, mas a questão das pinturas é capital para nós podermos terminar. A ver se nestes dias de previsão que agora existe de 10 dias sem chuva, ou com muito pouca, se pode permitir terminar a obra e ela ser disponibilizada o quanto antes à utilização de todos nós, como é evidente.

Uma outra coisa que eu gostava de dar nota são as operações de marketing da Avenida. A operação do JN (Jornal de Notícias) é uma operação que negociámos, ela não tem só aquela publicação de uma fotografia e de um catálogo. São 12. Vão sair no primeiro domingo de cada mês. Ela tem um trabalho jornalístico regular do JN sobre a Avenida em contexto normal neste período de um ano, que é o nosso acordo.

Obviamente Francisco. Deixo aqui algum suspense porque vamos ter momentos em que o seu desejo poderá ser satisfeito, mas obviamente a campanha tem que andar. Ela é uma campanha de marketing da Avenida, feita com um jornal, que é de uma empresa privada de um grupo económico e, portanto, estas coisas têm que levar o seu ritmo.

Vai gostar muito seguramente. Eventualmente não vai gostar porque agora tem essa tendência de dizer mal tudo. Mas, enfim, é minha convicção que as pessoas vão gostar muito da reposição da exposição na Avenida. Que vamos fazer aquando da inauguração da renovada Antiga Estação. E do catálogo da exposição que vamos apresentar e que vai ser muito útil para as pessoas perceberem melhor a história da Avenida.

Jorge Gonçalves, surgiu-nos um problema no projeto de Santiago. Eventualmente já saberá disso. Aquando das auditorias dos trabalhos do projeto, detetou-se que além do problema dos telheiros e do telheiro central, que é aquilo que estamos a tratar, há problemas graves de descolar do revestimento das paredes em relação às paredes de todos os edifícios.

E, portanto, tivemos que suplementar no projeto essa operação. Porque obviamente sabemos bem, revestimento a cair, põe em risco a segurança de toda a gente. E, portanto, o projeto que neste momento está a acabar teve que receber este complemento, porque, obviamente detectámos em pleno trabalho de projeto, que temos ali outro tipo de problemas que é o revestimento dos edifícios normais a começar a saltar. Portanto vai ser uma obra grande, profunda, para resolver estas patologias que tem e dentro dessa obra é que fica a

remoção do pouco amianto que lá tem. A Escola de Santiago não tem muito, mas tem algum e fica dentro dessa obra a retirada do amianto da Escola de Santiago.

Ana Maria. Até lhe digo, Sr.^a Doutora o Contencioso está ao seu dispor. A nossa Chefe de Divisão está ao seu dispor para lhe dar as explicações. Felizmente temos muito menos contencioso que tínhamos antigamente. E felizmente vamos ganhando os casos. Já acabamos muitos, em regra com ganho de causa a Câmara outros não ganhamos. Mas ao seu dispor.

A Ana Maria chama pindérica à árvore que temos junto do Tribunal. Eu não era capaz de o fazer. Felizes os pequenos que nascem e crescem e um dia serão grandes! Mas se não nascerem pequenos e crescerem nunca serão grandes. Isto é assim numa árvore, é assim num ser humano, é assim na vida de um ser vivo.

Ana Maria não gosta de árvores pequenas e chama-lhe pindéricas. Pois muito bem Senhora Doutora, fique lá com o seu conceito que nós ficamos com as árvores.

E há árvores que nalguns sítios nós escolhemos serem de pequeno porte. Há sítios onde podem ser de grande porte, mas há sítios como o que referiu na Guilherme Gomes Fernandes, que têm de ser de pequeno porte. Porque naquela Praceta pequena não dá para nós pormos árvores de grande porte. As árvores de grande porte mal colocadas têm problemas dramáticos para quem lá vive. A que, lá passa de vez em quando está tudo bem, mas quem vive junto delas e que leva com os ramos e as folhas na varanda e não sei o quê. Mas olhe estamos a cuidar destes aspectos para que a rearborização que estamos a fazer plantando muito mais árvores seja de muito mais qualidade. E tem mais e terei muito gosto de lhe dar uma visita guiada para ver onde estão as tais 10 que saíram da Avenida, que não encontrou.

Mas na nota de imprensa pusemos fotografias para poderem ver e verem as árvores transplantadas, que estão no Parque da Cidade, no Parque Aventura, mas prono estarei sempre ao seu dispor para fazermos uma visita guiada e conhecer o parque arbóreo renovado do nosso município.

Agradecer muito as intervenções do Presidente Nelson Santos, Fernando Marques, Casimiro Calafate, do Filipe Tomás, do Manuel Prior, para deixar claro esta nota: nós recuperamos financeiramente a nossa Câmara de facto. Esteve falida, nós conseguimos cumprir esse objetivo em 7 anos. Nós estamos a materializar um conjunto vasto de investimentos com uma incidência muito forte sobre os anos de 2019/2020, e assim será em 2021. E garantidamente pelo que está em desenvolvimento assim será em 2022. E um outro deles ainda cairá para 2023, nomeadamente um muito importante que anunciaremos na próxima semana. Um muito importante para a nossa vida que vai ser além do mais, uma grande operação serviço ao ambiente e de serviço aos cidadãos. Uma grande operação de serviço ao Ambiente e uma grande operação de serviço ao marketing e à promoção deste nosso território fantástico, que tem uma relação boa com os valores ambientais, mas obviamente quer qualificar essa relação de excelência que temos com os valores de ambientais.

E a luz ao fundo do túnel que o Filipe encontrou no processo do Griné e do Caião vamos ver se acende! É ainda uma luzinha. Recebemos na semana passada um aviso do Centro 20 20 para dizer ao IRHU, mais uma vez, IRHU venha porque está aqui um aviso. Vamos ver depois de candidatura aprovada, lançar o concurso e fazer obra, dificilmente começaram ainda em 2021. Da nossa parte não faltam incentivos para que assim seja. E lá vamos guardando o meio milhão de euros que dava muito jeito outras coisas, mas temos este compromisso de ser para financiar esta obra do Griné e do Caião. Vamos ver é se é desta, porque já andamos à espera há 5 anos. Mas enfim seja desta e nós daremos toda a força e toda a ajuda ao IRHU para fazer agora aquilo que ainda não fez.

*E o assustador, como disse o Casimiro, é olhar para aquela miséria onde vivem seres humanos como nós, iguaizinhos em dignidade e aquilo sim é assustador.
E ver lá uma obra com andaimes a perturbar a vida será uma alegria grande que o IRHU nos dará e de facto dizer que vamos dar melhores condições de vida aos nossos concidadãos que ali vivem. Muito obrigado"*

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

"Obrigado Senhor Presidente. Muitas das questões que eu tinha aqui algumas já foram parcialmente respondidas. Mas outras há que não tive necessariamente resposta.

Em relação às escolas o Senhor Presidente referiu, não referiu a perspetiva que eu desejava que é o fim e a conclusão da remoção dos amiantos. Porque tendencialmente eu vejo este adiamento. Eu percebo a questão das cronologias das obras, eu entendo isso tudo, mas depois agora vem anunciar o acordo de colaboração com o Ministério da Educação, não sei se está à espera do Ministério para executar o que falta, mas se conseguir eu gostaria muito de ter uma perspetiva do prazo. Porque isto para nós era absolutamente fundamental que fosse feito o mais rapidamente possível. Aliás, o parque escolar é das poucas obras que nós não temos nenhuma reserva em relação a elas em termos de fundo, mas esta aqui, esta questão, este sinal deixa-nos manifestamente preocupados.

A segunda questão é a velha questão do Centro de Recolha Intermunicipal. Enfim, já me Cansei de o referir, não verá a luz do dia pelo menos durante este mandato tenho praticamente a certeza que o não teremos. E eu gostaria de saber se não estará na altura Senhor Presidente, de fazer um reposicionamento em relação a esta solução intermunicipal até porque a câmara tem avançado e nós reconhecemos isso com algumas iniciativas, não propriamente aquelas que devia, como com como a questão dos CED que já aqui falámos várias vezes, mas ainda assim tem promovido algumas coisas que são importantes também e, portanto, se calhar, como Aveiro está a dar um sinal de maior avanço em relação aos seus vizinhos, se calhar era altura de deixar essa solidariedade crónica em relação aos outros municípios e avançar para uma solução definitiva que nós ansiamos há muito tempo. Este problema urge, continuamos sem canil municipal, continuamos sem cumprir a lei e não me venham falar outra vez que a lei não é boa. A lei é boa, é uma oportunidade que muitos municípios estão a abraçar com seriedade, e estão de facto a impulsionar o momento de viragem.

A outra questão é em relação ao LifePayt. Eu li com atenção, aliás há aqui uma gralha que gostaria que esclarecesse. No final do parágrafo em relação ao apoio LifePayt, portanto não é claro qual foi a dimensão do apoio por parte da Life, se estou a ler bem.

Mas de facto eu gostaria que nos indicasse alguma coisa positiva que se extraiu deste projeto. Eu li aqui que Aveiro é um grande anfitrião para testar estas soluções, e estas tecnologias. Muito bem, sim senhor, somos um belíssimo anfitrião para ter estas experiências em Aveiro. Mas gostaria de saber da aplicabilidade ou da possibilidade de aplicação destas tecnologias no terreno no futuro. Quer dizer, eu se quiser testar algo, testo num sítio onde não exista nada. E, portanto, esta coisa de sermos bons anfitriões para estes ensaios tem essa leitura possível. Significa que está na hora de nós termos estas tecnologias de forma mais séria. Anunciou aqui a questão do novo contentor, portanto queria saber se isto é mais um teste, ou se é uma coisa, enfim, que devemos ter alguma expectativa em relação à sua aplicação.

Em relação às árvores. A nossa questão já não é, já desistimos do argumentário que tem vindo a ser proferido. Tirar a árvore, mete a árvore, para nós há árvores que nunca deveriam ter sido retiradas. Eu percebo aqui esta urgência em ajardinar a cidade. Uma

nota de rodapé. Parabéns ao "Plátano" de Portalegre. Se o Plátano de Portalegre estivesse em Aveiro com aquelas coisas todas que tem, ao nível da segurança e ao nível das doenças, já teria sido naturalmente abatido. Mas o que nos questiona é em relação às espécies tem sido escolhidas!? Não são árvores autóctones, portanto, há aqui de facto uma preferência por determinadas espécies e nós gostaríamos de saber se existe aqui alguma coerência nos critérios, como é que eles são desenvolvidos quais os critérios em relação a estas opções. Em relação às obras que estão a ser desenvolvidas, o que aqui se disse é o que se faz e é o que se ouve, é o que se conclui há muitos anos, em que temos municípios que só fazem obras, tendencialmente, no último ano de mandato autárquico. Isso é crónico na nossa sociedade. Nós somos apologistas de um maior equilíbrio. Se temos 4 anos de mandato, acho que as obras deviam-se espalhar esses 4 anos, tornando as coisas mais céleres e também causando menos perturbação aos cidadãos. Mas pronto se não foi possível, não foi possível.

Mas em relação ao fim das obras na Avenida que presumo que seja daqui a mais ou menos precisamente um ano, gostaria de saber se há um plano de gestão dos constrangimentos para os comerciantes à séria, que de facto seja impactante, porque eles vão claramente atravessar por um período duplamente difícil. Obrigado."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

"Obrigado. Cumprimento o Senhor Presidente, e na sua pessoa a distintíssima Câmara e as pessoas que nos estão a ouvir.

Tenho estado cá muitas vezes a discussão resvala para o nível da dívida e poucas vezes para o nível da gestão financeira. De facto temos aqui 3 períodos diferentes.

O que vinha do anterior, mas que pouco se tinha feito. Estava estagnada. O período do Dr. Alberto Souto que fez muita obra, mas dizem que deixou uma dívida muito grande.

Como se o Dr. Élio Maia conseguisse de alguma maneira saber. Por duas razões. Primeira porque era manifestamente incompetente para gerir essa parte. E segunda porque havia por aí uma dívidas por aí meio escondidas na gaveta, meias escondidas porque demoraram alguns anos a virem ao de cima.

E agora há o que temos! O que eu penso é que estas coisas devem se analisadas num prazo dilatado. E nunca ouvi aqui em Aveiro alguém que tivesse a coragem de o fazer.

O Dr. Alberto Souto foi presidente da câmara durante 8 anos. Quais foram as suas Receitas correntes? Quais foram as suas Receitas de capital? Que subsídios conseguiu arranjar? Qual obra a obra que deixou? Qual foi a dívida que deixou?

O Dr. Élio Maia a mesma coisa. Esteve 8 anos. Mas quando chegou disse que encontrou uma Câmara falida!? Mas uma das primeiras posições que tomou foi baixar o IMI.

É bom que as pessoas saibam disso. Eu sei que aqui não há "santos nem pecadores". Todos têm os seus esqueletos no armário. Mas de facto infelizmente foi isso que aconteceu. Estivemos 8 anos de Câmara de Aveiro sem rei nem roque. Felizmente, parece que agora, já se sabe exatamente qual é a dívida e ela tem baixado.

Mas é preciso saber porque a dívida pode depender de muita coisa. As receitas ordinárias, as receitas extraordinárias, vendas de capital, vendas de património, diminuições ou aumentos de património, geram aumentos ou diminuições de dívida.

Se houvesse uma Câmara que vendesse tudo o que a Câmara tem, se calhar fica com a dívida a zero!? Portanto o que eu peço é que haja um diálogo e que haja a coragem de pegar em ciclos de 8 anos nas diversas gestões desta autarquia, e que se diga olhem este gastou isto e recebeu isto e fez isto. Só assim é que nós chegamos a alguma conclusão.

Porque se não vamos estar sempre aqui em discussões estéreis de estar a dizer olhem este deixou mais dívida do que aquele e não sei quantos mais.

De facto é muito importante hoje não ter dívida. Porque para quem não tiver dívida e para quem tiver algum dinheiro em caixa, pode fazer obra financiada. Quem tem dinheiro faz colheres. Mas para futuro e por precaução, e para que quem vem a seguir saiba, importa saber o que cada um recebeu, donde recebeu, e onde gastou. E se o gastou em obras úteis ou inúteis. Disse."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁷

"Tem graça esta última intervenção porque era sobre esse tema que eu ia falar. A questão do PS não tem nada a ver com as obras ou com o volume de obra! A questão não é essa. É completamente diferente. Tem a ver com a perspectiva das obras e com utilidade das mesmas.

E devo dizer-lhe o seguinte. Por exemplo, o Senhor Presidente tem duas obras emblemáticas que representam o seu mandato e a sua gestão nestes 8 anos. A saber, esta requalificação que vai fazer agora na Avenida, que está a ser feito. E a obra do buraco no Rossio do parque de estacionamento. E isso tem sido obras que o Senhor Presidente pode dizer o que quiser, mas não têm sido uma obra consensual. Direi assim, foi votado democraticamente e foi decidido. E eu já lhe disse isto uma vez e continuo a dizer-lhe e faço a discussão toda até determinado ponto, a partir daí o Senhor Presidente tem a sua legitimidade. Mas não foi obra consensual. Teve polémica, teve manifestações, etc. como em tudo na vida não está em causa. E não estou a discutir isso.

Mas é evidente que o legado que vai deixar tem a ver como Dr. Raul Martins dizia, com a perspectiva das obras e da sua utilidade. E o que o Senhor Presidente fez na Avenida, bem o Senhor Presidente tem uma sorte que é, o PS diz que a obra que vai ser feita na Avenida descaracteriza a Avenida por completo. Ok. Só que é difícil fazer essa demonstração. E explico. Os cidadãos vão naturalmente ver só depois desta obra estar feita. E vai ficar melhor porque pior do que estava era impossível como é evidente.

Agora, o que o Senhor Presidente está a fazer é a descaracterizar a obra. Porque nós vamos deixar de ter a Avenida e vamos passar a ter uma Rua!? Vamos passar a ter uma Rua. E eu também já lhe disse isso também uma vez. Aliás eu até cheguei a sugerir e é curioso, até agora na reunião da toponímia, que se mudasse o nome da Avenida de Lourenço Peixinho, porque já não é justo associar o nome do ilustre aveirense àquela Avenida, porque já está absolutamente descaracterizada. O que não quer dizer que a obra não vá ficar melhor. E é só esta a minha perspectiva.

Depois gostei de ouvir aqui o Senhor Presidente, que falou que vem aí em breve uma obra muito importante. Sublinhou e tal e criou o ênfase, também tem direito ao seu numero politico como é evidente.

Mas eu pergunto, e depois me dirá se assim o entender. Houve uma reunião (ou duas) da Comissão dos terrenos da lota. Já vi também nos jornais umas declarações da presidente da Comissão, etc. Esse processo está a andar? É essa notícia que nos traz? Se for assim, ainda bem, fico satisfeito. Estou à espera que fosse isso. Muito obrigado."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁸

"Boa noite Senhor Presidente. Cumprimento-o a si e cumprimentos todos. O meu ponto é um bocado no reforço deste argumento. Mas é grave quando se diz "você tem direito a não gostar do projeto, isso é um problema seu." Porque o que está aqui em causa é que, há projetos e projetos, mas a gente não discute, nós não discutimos as opções, sobretudo quando estamos a falar daquilo que é estratégico, com base no projeto e na execução do projeto.

Esta história é como pegar num frigorífico B- e pôr-lhe uma patine para funcionar mais 20 anos! E pior ainda é o que se passa com a Avenida que é acabar com o "bulevar" que ela é. Aí sim acabar com a patine que lhe dá personalidade e que tem a história.

O que está aqui em causa - e para mim é grave quando alguém diz "você não gosta paciência" não é a ideia da democracia que quando não estamos de acordo eu avanço, ela pode estar bem para algumas opções, certamente quando são as opções da comunidade, e aquelas que definem o que vamos fazer no futuro, mas estas não me parece que estejam muito bem.

O que eu penso é que na maior parte das coisas que estão a ser feitas, o Senhor Presidente faz o que sabe fazer bem, mas que é o que fazia há 20 anos e continua a fazer.

Porque quando alguém vem dizer que isto agora é uma revolução, porque temos passeios, francamente! Nós devíamos estar a discutir as alterações climáticas e andamos a discutir se as estradas ao lado têm passeios. Nós devíamos estar a discutir que cidade é que queremos ter para 2040 e andamos a fazer uma estrada dos finais dos anos 80 ou dos anos 90. Falamos de uma avenida urbana da N109, que agora lhe chama Avenida Europa e aquilo da Avenida não tem nada!? Por isso a questão do PS é que a discussão não é no projeto acabado. O cidadão comum, olha para a obra acabada e valoriza de uma maneira que não é aquela que nós temos que valorizar, pensando que é estratégico. Não. Estratégico significa um horizonte. E o horizonte é de 20 anos. Mas não é de 20 anos para trás, eu já disse isto várias vezes. E há um cansaço na discussão. Porque a ideia de que não estamos de acordo, então eu faço o que eu quero, é a ideia que prevalece. Obrigado."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

"Obrigado Senhor Presidente. É uma nota muito breve. Gostei de ouvir o Dr. Raul Martins, porque dá a sensação eventualmente que eu sou um bocadinho obcecado com esta questão da dívida. Não tenho nada contra a dívida, não é. Porque olhe, até título pessoal, o maior activo material que eu tenho foi adquirido através de um processo de dívida. Portanto não tenho absolutamente nada contra isso.

Já tenho contra aquilo de quem dizia que as dívidas não são para pagar, são para gerir, mas não o fazia. A isso já tenho. Sabe porquê? Porque isso condiciona. E na política a dívida é extremamente perigosa. Porque a dívida pessoal de cada um de nós quando compramos um activo e recorremos a um empréstimo, ela vai acompanhar-nos a vida toda. E enquanto não a pagarmos ela não sai de ao pé de nós. Na política não é bem assim que a coisa acontece.

É por isso que a dívida na administração pública tem que ser muito cuidadosa e muito bem gerida por que se não dá asneira.

Mas olhe eu não gosto só de falar de dívida. Gosto de falar de muitas outras coisas. E no caso de Aveiro deixem dar-vos esta nota que é muito importante até para as pessoas que nos estão a ouvir e algumas delas se calhar não sabem.

É que a maior contribuição em termos de receita para o município provém dum imposto que se chama IMI.

Pois o IMI no município de Aveiro esteve a 0.3‰ em 2013. Fruto da situação de descalabro em que se encontrava o município esse imposto subiu para 0.5‰ em 2015.

Mas depois baixou desde aí até hoje. Baixou para 0.45‰ em 2016 e 2017. Baixou para 0.4‰ em 2018. E têm-se mantido nos 0.4‰. Portanto tem vindo a diminuir.

E este é outro aspecto muito importante. É que o município de Aveiro consegue estar com esta dinâmica do ponto de vista dos investimentos, mas naquilo que é a sua maior receita que é o Imposto do Municipal, o que tem dado aos munícipes é uma baixa do IMI."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁰

"Sumariamente dizer, Rui Alvarenga nós temos 4 escolas no concurso. Eixo, Aradas, Oliveirinha e Cacia. Ganhou uma empresa de Aveiro a Sarifer. O concurso foi reclamado pelo segundo classificado. Estamos na fase agora de fechar esse processo, assinar contrato, não tem Visto do Tribunal, está abaixo dos 750 mil euros e começámos a preparar com a empresa essa intervenção.

O Cirua está no segundo concurso público, está a decorrer. Acaba algures em meados de Março. Vamos ver se temos empreiteiro desta vez. Queremos muito ter empreiteiro, como é lógico, vamos ver o que é que vai acontecer.

Dar conta que se nós temos muitas obras hoje, daqui a um ano teremos ainda mais. E se nos correrem bem, como estão a correr, as operações de conquista de mais fundos comunitários, então ainda poderá ser mais do que aquilo que perspetivamos hoje.

É uma grande oportunidade para Aveiro. Estamos muito atrasados. Em estradas, em parque escolar, em habitação social. Em tantas coisas. Estamos muito atrasados. E esta é uma grande oportunidade que nós não podemos desperdiçar e não vamos desperdiçar, seguramente com aquilo que estamos a fazer hoje. E seguramente com as opções que vamos tomar de querer continuar a este ritmo e esta capacidade de conquista das oportunidades que temos na nossa mão.

Pires da Rosa discordo de si, porque as obras emblemáticas deste mandato não são nem a Avenida, nem o Rossio, nem coisa que se pareça. Apenas o Partido Socialista tem uma certa fixação nessas duas obras. Mas o que vamos anunciar para a semana é uma obra. A Comissão lá vai andando e saibam que a Câmara de Aveiro e a Câmara de Portimão, pediram recentemente ao Governo intervenção, porque os dois portos o Porto de Aveiro e o Porto de Portimão, baralharam isto tudo e estão a interpretar a Lei erradamente.

E para tal pedimos intervenção da Senhora Ministra Alexandra Leitão, para pôr um ponto de ordem nos processos. Portanto não vai, infelizmente, haver obras na Lota antiga tão cedo, porque os poderes destes, aquela frase antiga "os Portos são um Estado dentro do Estado" e infelizmente continua a ser a mais pura das verdades. E tivemos que chamar a ajuda do Governo, porque querem que a gente pague coisas que não temos que pagar ao abrigo da Lei.

E a situação de Portimão ainda é bem mais ridícula do que a nossa. Mas está em cima da mesa e, portanto, tivemos que os dois pedir a intervenção ao Governo para pôr esse ponto de ordem.

Fernando Nogueira, estamos a fazer o Plano Municipal Alterações Climáticas. Está a terminar e vai ter consulta pública. O PDM foi bem discutido para responder a esse futuro e VEXA participou nesse processo. E eu não disse a frase "não estamos de acordo, eu faço o quero". Não disse. Eu disse a frase normal e toda a gente sabe. Não é possível estarmos todos de acordo sobre a obra A ou a obra B ou o projeto C. Foi isso que eu disse.

Agora saiba que em democracia governa quem ganha as eleições. E respeita-se quem perde. É aquilo que nós temos que fazer, porque somos gente séria e honrada, com os cidadãos eleitores, com o programa eleitoral muito claro que está a ser rigorosamente cumprido, porque aquilo que nós fazemos, cumprir os nossos compromissos. Muito obrigado"

Não havendo mais Intervenções o Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação da Informação sobre a Atividade Municipal pela Assembleia Municipal.

Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação "Instalação do Conselho Municipal da Juventude do Município de Aveiro".

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰³¹ ao deputado proponente do PS para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰³²

"Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento a si e a todos os presentes nesta sala e a todos que através dos meios recentemente colocado à disposição nos acompanham.

Para em poucos minutos dizer, explanar a nossa pretensão, e ela é como é consabido por todos, louva-se no cumprimento da lei. Não poderia ser mais claro o regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, recomenda todas as Câmaras (cito a Lei) devem instalar os seus conselhos municipais de juventude. Sendo que os conselhos municipais de juventude, como decorre, aliás, da própria expressão, são conselhos que visam agregar os jovens de cada concelho na explanação, na participação, na discussão, das políticas que lhes dizem respeito.

Um órgão presidido pelo Presidente da Câmara e composto por representantes de associações de estudantes, associações juvenis, associações do ensino básico e secundário. No caso de Aveiro, com a felicidade de poder contar também com associações de estudantes do ensino superior, bem como representantes das juventudes partidárias do respetivo concelho.

Ou seja, creio que é evidente que se trata de um fórum que estimula a participação cívica e fá-lo de uma forma particularmente qualificada com a presença de todos estes interlocutores, que se resultarão seguramente mais enriquecidos do diálogo que decorrerá no seu âmbito.

Portanto, louvo-me em 1º lugar na lei, aliás em vários pontos desta assembleia se referiu, concordando-se ou não com a lei, que a lei é para cumprir. Existe uma lei que determina que os municípios devem instalar os seus conselhos municipais de juventude e a verdade é que Aveiro ainda não instalou e não há razões objetivas para que Aveiro não cumpra a lei. E, portanto ao argumento formal se junta o argumento substancial, que foi aquele que eu pretendi demonstrar ou os méritos que me parecem óbvios, da criação de um órgão que dê dignidade institucional à participação da Juventude. Aliás, recorrentemente, todos nós apelamos à participação cívica e à formação dos jovens e à sua chamada para a discussão dos assuntos que dizem respeito a todos. A democracia é também o exercício do povo pelo povo, e no caso das políticas de juventude é exatamente a mesma coisa. Sendo que, tem a felicidade de serem mais jovens do que pelo menos, aquele que neste momento usa a palavra.

Mas para além destes argumentos, eu queria também louvar-me da coerência e na coerência da circunstância de ter sido discutido nesta mesma assembleia, já no início do mandato, uma proposta de reativação dum então Conselho Consultivo, portanto houve um lapso na formulação creio que do PAN a sua propositura. E, obviamente, com o argumento verdadeiro de que não poderia ser reinstalado algo que não havia sido instalado essa proposta não vingou. O que nós hoje propomos é precisamente a instalação, mas quero citar o Senhor Presidente da Assembleia, que na altura, justificando em declaração de voto que fez, que obviamente não votaria a favor da reinstalação de algo que não tinha sido instalado, mas permita-me citá-lo, é que defendia ou considerava pertinente a existência de mecanismos que favoreçam a participação dos jovens na vida política. É o caso do Conselho Municipal de Juventude. Acrescentando que teríamos que refletir sobre esse mesmo tema ainda neste mandato.

Ora o modo é este. O tempo, inegavelmente não pode deixar de ser outro senão este. Porque é ao aproximarmo-nos do final deste mandato que temos a oportunidade de dar cumprimento esta proposta de instalação.

E termino, recordando apenas uma conhecida autora, apreciada por todos, a propósito dos impactos que a pandemia está a ter na vida dos jovens, um particular impacto, muitas das vezes negligenciado por quem com outra idade tem outras distintas (e legítimas também) preocupações, mas que fala da sexualidade adiada de adolescentes, da saúde mental de personalidade de informação confinadas, da vida suspensa de jovens adultos, enfim, das cicatrizes que se manifestaram, provavelmente, por muitos anos nos jovens.

Mas terminava essa sua reflexão com a frase que lhe tomo de empréstimo para encerrar esta apresentação. Cito "Os jovens são hoje cada vez mais uma geração a precisar urgentemente que a política os olhe de frente". É precisamente essa a missão que pretendemos para o Conselho Municipal da Juventude de Aveiro, que Aveiro olhe a sua juventude de frente. Obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

"Obrigado Senhor Presidente. Eu tinha a intenção de omitir de forma propositada quem foi o último proponente que apresentou esta proposta à Assembleia Municipal, mas vossa excelência não me permitiu esse momento de humildade. Mas eu lembro-me bem que a questão da forma podia ter sido obviamente ultrapassado.

Não me recordo de nenhum Partido ter solicitado ou ter sugerido que o PAN reformula-se o texto. Não me recordo. Posso estar enganado, mas não me recordo. Portanto esse contributo não foi de facto na altura dado por ninguém.

O que nós tivemos na altura foi uma série de fundamentos absolutamente arrepiantes, sobretudo da bancada PSD e do CDS, que versaram primeiro sobre a questão da vinculação das decisões desse Conselho e depois versaram sobre um posicionamento até redigido e apresentado pela JSD, que foi de facto absolutamente arrepiante.

Nem nos tempos das "maiorias colossais" do professor Cavaco Silva eu vi discursos daquele género, enunciados pela Juventude Social-democrata. Portanto isso é que foi fundamento para a recusa dessa proposta, porque a questão da forma era obviamente ultrapassado. Estaríamos totalmente disponíveis para rececionar essas sugestões, reformular a proposta, e colocá-la obviamente a apreciação da AM, só que isso não foi feito.

Em relação a esta proposta totalmente de acordo. E vou reiterar aquilo que disse em relação às Assembleias municipais serem transmitidas. Uma moção trazida também aqui pelo PAN e não quero aqui despontar ímpetos competitivos com ninguém, mas o facto é que o PAN também trouxe essa matéria, que foi na altura também recusada.

Aquilo que vou dizer sobre esta é "três anos de atraso". É o que tenho a dizer sobre esta proposta. Está atrasada três anos como a outra.

Portanto muitos parabéns ao PS, estamos completamente sintonizados, vamos obviamente votar favoravelmente a mesma. Obrigado."

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

"Obrigado Senhor Presidente. Em relação a este ponto, tomar nota de que a participação juvenil na definição das políticas constitui uma prática determinante do sucesso das mesmas políticas e constituiu-se como um imperativo democrático, particularmente no quadro constitucional em que ela se enquadra. É cada vez mais necessário que existam espaços de consulta e participação juvenil que, aliás, ao espaço de ação e intervenção dos

jovens portugueses contribuam para o envolvimento dos jovens na ponderação e decisão das políticas nacionais que os afecta.

Nesta alínea concreta estamos de acordo com a constituição dos Conselhos Municipais de Juventude. Contudo, o PCP apresentou desde a discussão da Lei 8/2009, algumas reservas. Estas reservas não recaem sobre a importância destes Conselhos. Aliás, vários municípios CDU, tem essas estruturas em funcionamento, até porque a própria lei de transferência de competências, por exemplo, na área da Educação, inclui um representante desse Conselho na área do âmbito da Educação. Mas alguns até já tinham sido constituídos de uma forma informal, até antes da própria criação desta Lei.

As nossas reservas recaem na forma burocrática da composição destes Conselhos e na desresponsabilização central do Estado sobre as suas competências para a juventude.

Hora o PCP apoiou na generalidade a criação de um espaço de consulta juvenil para o trabalho autárquico, porque entende que o movimento juvenil é importante e uma mais-valia para a política de juventude dos municípios. Muito embora o espaço de articulação entre autarquias e o movimento juvenil possam ser definidos de forma flexível e pelos próprios municípios.

Por conseguinte o PCP traz para este debate as seguintes notas: Um primeiro apontamento sobre as competências Centrais no setor da Juventude. A política da Juventude em Portugal é uma competência direta do Governo que, para a sua prossecução, conta com o envolvimento do movimento associativo juvenil, ao qual atribui apoios para a realização de medidas e programas concretos. Aliás, as áreas em que a Constituição atribui especial relevo no que toca ao papel do Estado, só serão possíveis de conciliar num quadro de políticas transversais e nacionais. Da mesma forma que a Constituição da República estabelece com particular exatidão e forma, como o Estado apoia o movimento associativo juvenil — através do número 3 do artigo 70º.

Um segundo apontamento sobre as competências das autarquias neste setor da juventude e a aplicação da Lei 8/2009. Posto isto, não significa que o Poder Local não tenha um papel da maior importância no que toca à realização de uma política local de juventude. Nomeadamente no que diz respeito às áreas da Cultura, Desporto e aproveitamento dos tempos livres. Pelo contrário é fundamental. Contudo Lei 8/2009, passou entretanto por um conjunto de alterações que veio carregá-la com carácter eminentemente burocrático, institucional e confederativo que o PCP não poderia apoiar.

Ao mesmo tempo, essas alterações vieram impor de uma forma mais vincada a todos os municípios do país, a mesma fórmula, para o envolvimento dos jovens, independentemente da realidade social, demográfica, associativa, económica e política, de cada concelho.

Um terceiro apontamento e o último, sobre a proposta, da visão do PCP sobre os Conselhos Municipais. Para o PCP os Conselhos Municipais de Juventude devem servir essencialmente como espaço de auscultação e de apoiar, por exemplo, na dinâmica do próprio orçamento participativo e não como espaços executivos ou deliberativos junto da autarquia e do movimento juvenil.

O PCP entende mesmo que, caso as Associações entendam federar-se a Lei deve apoiar essa decisão. O que a lei não pode de todo é impor que o façam à força sob pena de não serem acolhidos os seus contributos junto da autarquia em que se inserem.

Concluindo. Neste sentido, o PCP propôs várias vezes na Assembleia da República, flexibilizar e desburocratizar o modelo de aplicação dos Conselhos Municipais e devolver a responsabilidade sobre o financiamento e apoio a movimento juvenil a quem de acordo com a legislação portuguesa a tem — O Estado Central através dos Governos em áreas tão importantes para a juventude, como a formação profissional e o direito ao trabalho e emprego com direitos.

Da mesma forma e em coerência com as posições assumidas pelo PCP e a JCP, as competências dos Conselhos Municipais devem assumir a sua natureza verdadeiramente consultiva e permitir a participação de grupos informais e de movimentos de jovens, muitos deles que se vêm constituindo com o tempo nesses concelhos, atendendo às dinâmicas e singularidades de cada concelho do território nacional, ao qual a referida Lei em vigor não permite, uma vez que esta apenas permite a participação de organizações inscritas no registo nacional do associativismo jovem.

Por esta razão, o nosso voto será de abstenção nesta proposta de recomendação. Disse."

Vogal Eduardo Antunes (BE)⁰³⁶

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

"Muito obrigado Senhor Presidente. O CDS há três anos, independentemente de ser a reactivação ou a constituição da comissão municipal da juventude, entendeu votar contra porque na altura entendíamos que a Lei de 2009 já era desacuada à realidade dos movimentos juvenis. Na altura e hoje ainda mais. Não entendemos que em algo que é tão dinâmico como é o movimento juvenil na sua globalidade, estamos ainda presos a leis de 2009!? Já passaram doze anos. O mundo já mudou várias vezes e a lei manteve-se.

Depois há uma outra coisa. Eu não pratico juridiquês como o meu amigo Neto Brandão, mas quando a lei diz "devem" não diz "são obrigados". São palavras diferentes. O facto dos municípios deverem não quer dizer que tenham que. É o meu entendimento, não sou jurista, mas acho que tenho o meu direito de ter esse entendimento. Se fosse obrigatório, como o são tantas outras coisas, a lei teria sido escrita de outra maneira penso eu. Por isso o CDS manterá o voto que teve há três anos na proposta de carácter semelhante e o nosso voto será negativo."

Vogal Joana Gomes (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

"Boa noite a todos. É sempre com gosto que vemos a participação cívica dos jovens e o seu envolvimento nas diversas formas de atividade política a serem debatidas nesta Assembleia Municipal. Sinal que os autarcas e deputados aqui presentes se preocupam em valorizar o papel dos mais novos nas questões do município.

Já em 2018 nos deparámos com a proposta de outro Partido político, sobre a reactivação do Conselho Municipal da Juventude e mantemos hoje a mesma posição de então.

Continuamos sem ver nenhum sentido prático maior, nenhum acréscimo real para o dia-a-dia da vivência do município e dos seus jovens num Conselho municipal da Juventude. Não mais do que o actual e passado empenho e trabalho da autarquia. A verdade é que encontramos vários exemplos, iniciativas e ações, realizadas e movimentadas por grupos formais ou informais de jovens, em parceria com a Câmara Municipal, mesmo sem a burocracia que um Conselho Municipal acarreta.

Sendo ainda importante referir que, até à data, nenhuma associação juvenil manifestou algum tipo de desagrado a este grupo parlamentar ou nesta assembleia, por não ter sido ouvido ou considerado.

Não queremos dizer com isto que, não seja importante, que se pense a juventude em âmbito municipal e que os jovens não mereçam a ponderação dos autarcas quando pensam no futuro do município. Queremos e muito. Mas preferimos estratégias de intervenção deliberadas, motivadas construtoras empreendedoras não obrigatórias no cumprimento de uma função que é de si administrativa, de pareceres, inclusivamente custeada e de forma por si determinada pelo município.

Será que pelo facto de os jovens terem dar um parecer obrigatório, não vinculativo, sobre linhas de orientação política, planos anuais, orçamento e regulamentos municipais, promoverá a sua participação na vida política? Até porque estas são oportunidades já existentes. Período de discussão pública dos regulamentos externos, sessões públicas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal o próprio OPAD, tudo momentos nos quais os jovens ou associações podem participar.

Coloca-se também a questão pertinente, saber se os municípios com conselhos municipais de juventude, terá havido um verdadeiro acréscimo da participação dos jovens na vida política. Verificou-se algum aumento considerável no envolvimento da juventude na dinamização da respetiva autarquia. Na sociedade em geral. Eventualmente em processos eleitorais. Sabemos sim é que aos jovens aos quais é destinada a participação ou constituição dos conselhos municipais de juventude, representantes de associações juvenis inscritas no registo nacional de associações jovens, já são parte integrante na vivência e na interação do município. Já desenvolvem atividades nas suas escolas, nas suas freguesias, nos seus públicos-alvo.

Além disso, importa realçar neste ponto. Mais uma vez, que este órgão é composto por terminados representantes decididos pela lei, ou seja, não estão contemplados grupos informais de vários outros espectros, como aqueles associados a movimentos ambientais, paróquias, e até representantes de juntas de freguesia que também conhecem as suas associações. Não nos parece um conselho totalmente inclusivo e diversificado.

E em relação ao município de Aveiro será assim tão premente a criação de um conselho municipal. A Câmara, apesar de não ter um conselho municipal da juventude, desenvolve um amplo trabalho junto dos jovens e das associações, na promoção da sua participação e mesmo com esse incentivo. Por exemplo, vários projetos da Câmara Municipal desenvolvidos por alunos da Universidade de Aveiro e com a sua Associação de Estudantes, apoia várias atividades, associações juvenis, através do regulamento municipal de apoio às associações, criação de projetos de valorização da cidadania, nomeadamente no campo político, como à assembleia municipal jovem, para ensino básico e ensino secundário, qualificação da casa municipal da cidadania, tornando este espaço ainda mais jovem e apelativo e, ao mesmo tempo aberta a toda a temática da cidadania. Projetos desenvolvidos em conjunto com a comunidade escolar como, uma ideia, um projeto, uma ação, a tu ideia conta, a feira vocacional e profissional. O encontro municipal de escuteiros e escoteiros. Dinamização de atividades com foco na juventude e no futuro digital, especialmente como também conhecemos, integradas no Aveiro Tech-City. Projeto educação ambiental e de sustentabilidade como o Eco-Aventura. O Orçamento Participativo com a ação direta do município, OPAR. Iniciativa que ambiciona aprofundar a recolha de contributos de instituições e todos os cidadãos de todas as idades, na discussão e elaboração do orçamento público e municipal, dando oportunidade de liderar diretamente uma iniciativa de valor acrescentado para a comunidade, entre outros.

Os municípios se preocupados e bem geridos, são as entidades que mais investem na juventude e apoio as organizações juvenis, sendo este o caminho que nos parece mais fomentador para a real participação dos jovens em projetos de tomada de decisão para a atividade municipal e respetivas populações.

A melhor forma de defender juventude é a aposta em políticas e reformas políticas diferentes. Com propostas dirigidas, como fez a Aliança com Aveiro, com o seu manifesto jovem, com a colocação no seu programa de medidas que ousámos ouvir dos jovens aveirenses.

O Conselho Municipal da Juventude surge como um lugar paralelo, que nos parece mais redutor na sua função do que propriamente dinamizador. Preferimos que a Câmara se mantenha atenta, solicita, atenta às necessidades e aos projetos das associações e dos

grupos municipais e dinamizadora de iniciativas que atraíam os mais novos, pelo valor que elas têm. Na certeza que os jovens motivados, esclarecidos, incluídos, são a atração mais óbvia natural para os seus pares. Disse."

(Entretanto saíram da sala os Vogais, António Augusto da Cruz Aguiar, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite e Francisco José da Silva Ferreira.)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD— Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[039](#)

"Sobre este tema dos jovens na política, e vindo a proposta apresentada de um grupo parlamentar, faz-me lembrar um bocadinho aquela estória do "olhem para o que eu digo e não olhem para o que eu faço". O PSD tem um elemento da Juventude na Vereação. Tem vários elementos da sua juventude na Assembleia Municipal. Tem muitos elementos da sua juventude em todas as juntas de freguesia, na candidatura Aliança com Aveiro a JSD foi a única juventude partidária que teve um manifesto eleitoral. Hoje mesmo, aqui, na sala do fórum da democracia aveirense, o PSD teve a defender a sua opinião uma jovem, elemento pertencente da JSD. Por isso, quanto à participação dos jovens na política, cá em Aveiro, está o PSD muito bem representado."

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Serei particularmente sintético. Penso que ficaram clarificadas as posições de todos e de todas. Mas não posso deixar de manifestar a minha profunda perplexidade porquanto, quando há pouco me louvei da obrigatoriedade legal, para além dos méritos do órgão em si, quando me louvei na coerência da posição do Presidente desta Assembleia, mas esqueci-me de tentar louvar na coerência das políticas autárquicas dos partidos de direita e de citar, designadamente aquilo que eles próprios propuseram e os termos em que propuseram, neste mesmo mandato autárquico, na Assembleia Municipal de Lisboa. Porque esqueci-me de distribuir ao Senhor deputado Jorge Greno a Recomendação 068/81 apresentado pelo grupo parlamentar do CDS na assembleia municipal de Lisboa, com o título Reativação imediata do Conselho Municipal da Juventude de Lisboa, fundamentando na importância da discussão dos destinos do município, designadamente em matéria relacionadas com políticas de juventude. E como é que votou a Assembleia Municipal de Lisboa? Como qualquer Assembleia Municipal composta de pessoas adultas e esclarecidas que com a mensagem de participação dos jovens na política, da única forma possível. Aprovou a medida por unanimidade.

Estou surpreendido que haja argumentos que pretendam fazer ou inculcar em alguém a ideia de que a inexistência de um órgão formal de consagração de discussões relativas à juventude é melhor do que ele existir. É totalmente absurdo. E devo dizer, respondendo ao Manuel Prior, o PSD pode ter os interlocutores quiser, os jovens que queira, a questão é precisamente a existência de um órgão que atribui a quem não é escolhido pelo PSD, a possibilidade de expressar as suas posições. Portanto, com toda a liberdade, o PSD terá a interlocução com os jovens que quiser, mas um Conselho Municipal de Juventude é escolhido nos termos em que a lei determina a sua composição, representantes dos jovens que escolhem precisamente os seus representantes. Mas, portanto, a Assembleia Municipal de Aveiro decidirá se quer ou não dar a palavra aos jovens através de um órgão que a lei prevê que seja criado, e espero que venha a aprovar, porque neste momento já existe uma rede nacional de municípios amigos da juventude que com cerca de uma centena de Municípios Portugueses, cuja presidência é neste momento de Vila Real e que o pressuposto para aderir, obviamente não podia ser outro, é que tenham um Conselho Municipal de

Juventude, porque é de facto muito difícil convencer outrem, se é um município amigo da Juventude, rejeitando a constituição do Conselho Municipal de Juventude."

Não havendo mais intervenções, colocou à votação⁰⁴² o ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação "Instalação do Conselho Municipal da Juventude do Município de Aveiro", sendo a mesma rejeitada com vinte e um votos contra (PSD14+CDS6+IND1) uma abstenção (PCP1), e doze votos a favor (PS9+BE2+PAN1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Rui Alvarenga (PAN)

"A declaração de voto é a minha intervenção."

Vogal David Silva (PCP)

"A declaração de voto é a minha intervenção."

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

"A declaração de voto é a minha intervenção."

O Presidente da Mesa fez a seguinte declaração de voto:

"Considerando da máxima importância o objectivo de reforçar os mecanismos de participação dos jovens na vida política, tais mecanismos passam por diversos instrumentos, como sejam as Assembleias Municipais Jovens que vinham sendo implementadas no Município de Aveiro até à emergência da pandemia e com grande sucesso, a recente implementação de transmissões das sessões, entre outras e a instalação do CM de Juventude legalmente previsto.

Discordo porém da proposta de recomendação nomeadamente porque:

a) Por afirmar que os jovens estão "excluídos do contributo na formulação de resposta a preocupações que serão eles assumir" - há diversos instrumentos em curso nas políticas de juventude municipais como as citadas Assembleias Jovens que, aliás com o meu contributo, passaram a incluir os níveis de ensino básico e secundário, a presença do município nas redes sociais, a APP municipal, entre outros;

b) Por ser extemporânea e de eficácia questionável no presente mandato atendendo à complexidade do processo de indicação dos múltiplos representantes e ao facto de a AM se encontrar nos meses finais do seu mandato."

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do plenário a discussão dos pontos 5 e 6 da *Ordem-do-Dia* em conjunto (uma vez que foram agendados pelo mesmo Partido) fazendo depois a votação em separado. Não se verificou qualquer oposição.

Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação " Por medidas de melhoria do sector dos resíduos e a aplicação de tarifa social automatizada";

Ponto 6 - Apreciação e votação da Moção "Por uma moratória ao aumento da taxa de gestão de resíduos e uma maior participação dessas verbas para os municípios".

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁴³ ao deputado proponente do BE para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação e da Moção.

Vogal Eduardo Antunes (BE)⁰⁴⁴

"Obrigado Senhor Presidente. Antes ainda da discussão destas propostas, surgiu uma polémica que tem muito a ver com estas propostas que estamos aqui a trazer à Assembleia Municipal. A polémica foi sobre a tarifa de resíduos e queria comentar isso em nome do Bloco de Esquerda. Saiu o relatório do regulador do setor dos resíduos a ERSAR, que é muito claro e que diz que em 2019, a Câmara Municipal de Aveiro tinha maior tarifa do país quando comparado com os custos de serviço.

Por cada euro que a Câmara paga pelo serviço, cobra 1,57 euros a população! Ou seja, são 157%, repito é a Câmara Municipal que em todo o país mais cobra em termos percentuais à sua população por este serviço.

Surgiu depois um comunicado da Câmara Municipal a tentar desmentir, a comentar sobre estes dados, sem desmentir na verdade, mas a realidade dos números não mudou. Basta consultar a página 320 do relatório da ERSAR E convido todos os deputados e todos os presentes nesta assembleia a o fazerem. Por muitos comunicados que saiam da Câmara Municipal de Aveiro, de facto, Aveiro teve a maior tarifa do país quando comparado com os custos de serviço. Isto tem que ser um ponto assente nesta discussão.

A realidade é ainda pior se olharmos para a média do país. Porque por cada euro de custo, as autarquias deste país aplicam em média uma tarifa de 83 cêntimos. Ou seja escolhem financiar o serviço. Quando em Aveiro a escolha é usar a tarifa para financiar autarquia.

O executivo de Ribau Esteves tentou arranjar forma de desdobrar-se em respostas ao Bloco com esse comunicado de 15 páginas e, de facto, é reconhecer que está aqui alguma oposição atenta ao Executivo. No entanto fez isto (e já não é a primeira vez que faz) ou seja, a maioria PSD/CDS utiliza meios institucionais do município, como o site e as redes sociais para o combate político. E esta Assembleia Municipal deve condenar esse abuso no nosso entender.

Quanto ao documento de 15 páginas que enviou, na verdade temos a agradecer esse documento. Agradecer porque de facto o documento coloca as bancadas do PSD e do CDS entre a espada e a parede. Vejamos: o Executivo Municipal diz que aquilo que o Bloco aqui propõe nesta Assembleia Municipal é a resposta certa. E que quer mesmo adotar a maior parte das medidas. Portanto estamos curiosos para ver como é que se vão desenrolar aqui as votações. Ou a direita vota a favor das propostas do Bloco, ou estará estranhamente a criticar e em desacordo com o Executivo que sustentam, liderado por Ribau Esteves.

Sobre as propostas do Bloco. A nível municipal apresentamos várias medidas para melhorar o desempenho ambiental, aumentar a valorização e a reciclagem, e ainda para reduzir os resíduos encaminhados para aterro.

A saber. Propomos criar um novo fluxo de bio-resíduos ainda antes do final do prazo legal que é em Dezembro de 2023 que está estipulado.

O executivo diz que quer cumprir esta recomendação e que melhor a fazê-lo quanto antes. Ótimo! Propomos método de recolhas mais eficientes, como porta a porta. A autarquia no comunicado também elogia este método, neste caso para o canal Horeca. Falta no nosso entender que a autarquia decida alargar este tipo de recolha aos consumidores domésticos até porque isso levaria a um enorme aumento da recolha selectiva.

Propomos depósitos descentralizados de compostagem. Esse comunicado também fala que a Câmara diz que o vai fazer no futuro em São Jacinto. Ótimo, mais uma vez. No nosso entender, Aveiro tem potencial para mais sítios para além de São Jacinto, com componente rural e, portanto, no qual faria muito sentido experimentar estes depósitos descentralizados de compostagem.

Propomos ainda a criação de novos fluxos de resíduos e a sua massificação. A Câmara concorda com a generalidade disto tudo, pelo menos é isso que diz o comunicado. E diz ser

a solução, diz que o vai fazer, a maior parte destas coisas de forma, algumas delas, menos ambiciosa no futuro.

Nós procuramos pôr mais ambição nisto. Já se falou aqui que este executivo é muito ambicioso, portanto, também gostaríamos de ver essa concretização nesse sentido.

Posto isto só nos parece que poderá ter o voto favorável de todas as bancadas, especialmente as de direita que sustentam este executivo.

Ainda no âmbito municipal, apresentamos a proposta para aplicar em Aveiro a tarifa social automatizada, para que todas as pessoas em carência económica tenham acesso a uma tarifa mais baixa que, repito, seja automatizada.

Autarquia diz que já tem tarifa social. Sabemos bem que esse modelo não corresponde às necessidades dessas famílias em carência económica. Trazemos ainda uma outra proposta, uma moção sobre as políticas nacionais se relacionam diretamente com esta questão a nível autárquico sobre o setor dos resíduos. O que propomos é uma moratória no aumento da PGR (taxa de gestão de resíduos) e devo acrescentar que a Assembleia da República aprovou a proposta do Bloco de Esquerda em que haverá uma moratória de 6 meses.

E propomos aqui também que grandes partes das receitas da PGR sejam entregues às autarquias para investimento, que se faça sério, sólido e a pensar no futuro neste setor, que é muito importante na gestão ambiental e gestão ecológica. Essa proposta na Assembleia da República do Bloco, foi rejeitada recentemente. O Bloco agendou ainda a apreciação parlamentar do regime geral de resíduos para o próximo dia 25 de Março. Entendemos que todos os partidos poderão apresentar propostas. Entendemos sim é que esta Assembleia Municipal também deve fazer exigências nesse sentido.

Para concluir, apontar que o Bloco de Esquerda considera que o principal problema na área dos resíduos é a constante produção. É um sistema económico que extrai continuamente recursos naturais, que se baseia no descartável. Por isso o Bloco tem apresentado na Assembleia da República também várias propostas, para a reorganização da economia, nomeadamente aumentar o prazo de garantia dos equipamentos eletrónicos, regulamentar e combater a sobre embalagem. O regresso dos sistemas de Taras recuperável nas garrafas e outras medidas que tem o intuito de responsabilização na produção e na distribuição, causando os problemas ambientais que vivemos.

Compete também à autarquia como responsável a jusante destas políticas, melhorar o seu sistema de resíduos e, por isso, estamos a discutir isto aqui.

Por isso apresentamos estas propostas para investimento público e para novas formas de fazer. Propomos a recolha porta-a-porta; propomos centros deslocalizados de compostagem e os novos fluxos de resíduos.

Foi aliás isso que foi feito na grande alteração que foi vivida há algumas décadas atrás, quando se introduziu o sistema de ecopontos. Foi sensibilização, foi investimento e concluir em novas formas de fazer. Entendemos que está no momento de ir mais longe neste sector. E foi aliás isto, mas uma vez, que presidente Ribau Esteves disse nessas 15 páginas do comunicado que entregou nesta assembleia, que é o Bloco está a apontar na direção certa. Disse."

(Entretanto reentraram na sala os Vogais, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite e Francisco José da Silva Ferreira.)

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[046](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Em relação à primeira vamos acompanhar. Não temos nenhum tipo de objeção. Em relação à segunda já não. O país tem falhado todas as metas

nacionais e europeias da redução da produção de resíduos e de taxas de reciclagem. Para Portugal as metas de reciclagem para 2020 seriam de 50%, mas ficamo-nos pelos 40%.

A taxa de gestão de resíduos é um instrumento importantíssimo para desincentivar a deposição de resíduos em aterro e a sua incineração. Uma taxa de gestão de resíduos equilibrada e justa, estimula as autarquias a investir em políticas sérias de reciclagem. Sem qualquer base em termos de comparação europeia, em que esta taxa tem um valor médio de 80 euros, 5 vezes superior à taxa portuguesa. Se os municípios cumprirem as suas responsabilidades na gestão hierárquica dos resíduos, vão investir em mecanismos que incentivem a redução da produção de resíduos indiferenciados, a sua correta triagem, e o devido encaminhamento para reciclagem. Ao fazê-lo, vão menos resíduos para aterro e incineração. E a fatura da taxa de gestão de resíduos tende a descer.

O aumento da taxa só representa um aumento da factura para os municípios, quando os resíduos são depositados sem separação, independentemente do seu destino. Mas mais. Foi aprovado no Orçamento de Estado para 2021 que 30% do aumento do valor da TGR seja devolvida aos municípios, mediante alegação de investimentos na área dos resíduos, premiando uma vez mais, os bons desempenhos. Mais uma razão por isso, para que o aumento da TGR não seja efetivamente revogada.

Portanto, vamos acompanhar primeira proposta e vamos votar a favor. Esta não o podemos fazer. Obrigado."

Vogal David Silva (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁷

"Obrigado Senhor Presidente. Em relação ao ponto 5 em discussão, de um modo geral acompanhamos as recomendações que promovam um melhor desempenho ambiental e reduzir o quantitativo para aterro. Aliás, o ideal dentro da hierarquia da gestão de resíduos era que nem existisse opção de aterro, isso seria o ideal. Infelizmente, temos que ter em consideração e ter sempre como presente as medidas fundamentais, como a redução e prevenção de resíduos. Relativamente ao fluxo de bioresíduos específico, muitas destas medidas e outras inclusivas que o PCP já tinha apresentado anteriormente com o seu parceiro de coligação, que de que que já deviam ter sido antecipadas para permitir o cumprimento até 2020.

Só um pormenor, na alínea C do ponto um desta proposta de recomendação, refere que a recolha porta-a-porta dos bioresíduos, portanto, estamos a falar de resíduos verdes e alimentares, são métodos de recolha mais eficientes. Ter atenção que depende muito do segmento que nós estamos a falar em termos de consumidores. Porque temos alguns casos práticos, como é o caso da Lipor, que mostrou muito bem que é eficiente este modelo para a recolha nas cantinas, na restauração, e em grandes pontos de produção de bioresíduos. Enquanto o doméstico poderia conduzir a um aumento da pegada carbónica e colocar questões de logística nos circuitos de recolha.

Contudo é fundamental, porque ou abatermos o fluxo bioresíduos, estamos a abater cerca de metade do que é depositado nos aterros.

Agora uma questão relativamente a este ponto e dirigida muito especificamente ao senhor presidente da Câmara Municipal. Na comunicação que foi partilhada para todos os grupos municipais, referiu que a tarifa social de resíduos, já estava prevista e atribuída no âmbito do regulamento de resíduos urbanos e limpeza pública do município.

Nós sabemos que esta tarifa está associada e é direccionada para consumidores domésticos com uma situação de carência económica agravada e para entidades como as IPSS e outras associações, que tem declarada de utilidade pública. Neste documento diz-se que é aplicado no município, mas não refere o número de beneficiários que são beneficiários. Portanto era interessante saber que número é que abrange nesses dois segmentos de população.

Depois passando para o ponto da Moção apresentada. Nós não estamos em desacordo relativamente à moratória em si, nem propriamente ao aumento do investimento público através da transferência de receitas da taxa de gestão de resíduos para os municípios. Mas, aliás, nós tínhamos aprovado no PCP na Comissão Parlamentar de Ambiente estas duas propostas, contudo temos que recuar um pouco antes. Estamos a falar aquando da discussão do Orçamento de Estado, em que nós votámos contra a duplicação da taxa de resíduos destinados a aterros.

E neste ponto é preciso clarificar o seguinte. Nós votamos contra não é porque estejamos em desacordo com a diminuição do quantitativo destinado a aterro. Pelo contrário. Com a diminuição do quantitativo destinado a aterro, pelo contrário, é esse o futuro. Contudo, temos que perceber que a duplicação da taxa de gestão destes resíduos iria provocar um incremento de custos para as populações. Porque quem iria pagar em último este aumento do tarifário da taxa, são precisamente os municípios que depois a passariam para os munícipes.

Portanto isto teria um encargo brutal e ainda para mais, numa situação como esta que é de crise social e sanitária. Aliás é por esta razão que surgiu precisamente esta moratória, para ter atenção a esta crise social sanitária. Portanto não faz sentido esta questão.

Ainda para mais, no caso de Aveiro, em que os quantitativos destinados a aterro são resíduos indiferenciados ou chamado refugo, e o que vai para aterro é residual porque tem um sistema de tratamento mecânico biológico, automaticamente altera os resultados que nós percebemos. O que é que isto quer dizer? Que o foco terá que ser obviamente na separação dos resíduos e na recolha, minimizando a produção de indiferenciados. E isso faz-se com a educação ambiental, com investimento em sistemas inovadores e boas práticas na recolha e separação dos resíduos. Mas temos de ter atenção que realmente a aplicação e, além disso, Associação de Municípios Portuguesa e a própria Associação Portuguesa da Defesa do Consumidor referiu, e apresentou inclusive comunicados a dizer que não foram auscultados no processo de aplicação desta taxa. Quando ela já tinha sido aumentada de 2015 até 2020, em cerca de 5,50 euros até aos 11 euros por tonelada.

Não foram auscultados e a preocupação, sobretudo da Associação de Defesa do Consumidor foi direcionado precisamente para a questão dos encargos para o cidadão.

Mas não foram as únicas. As Associações algumas de cariz ambiental, quando na recente formulação do pacto português para os plásticos, alertaram para 3 situações que não estão associadas diretamente com a duplicação da taxa, mas que afetam por exemplo a existência e referem esses pontos, de que existe uma clara situação de conflito de interesses na manutenção de um sistema de gestão de resíduos, em que a recolha seletiva é feita pelo monopólio de uma empresa privatizada, neste caso a EGF que participa na ERSUC, quando cobra às autarquias pelo tratamento dos resíduos indiferenciados.

Segundo ponto. A inexistência de incentivos financeiros para os municípios colaborarem na separação dos RSU.

Terceiro ponto e último. A incapacidade da Autoridade Nacional de Resíduos, estamos a falar da APA, da Agência Portuguesa do Ambiente, a investir em receitas da taxa de gestão de resíduos no pacote de políticas públicas que visam a reciclagem de RSU e a respetiva valorização.

Para terminar colocar uma última nota sobre a transferência das receitas resultantes da aplicação da taxa de gestão de resíduos para as autarquias. Nós somos completamente a favor, até porque esta percentagem está prevista no regulamento geral é baixíssima, é até 5%, mas depois tem lá um asterisco que chama a atenção para o seguinte: é até 5%, mas caso os municípios tenham as suas obrigações financeiras regularizadas com as entidades! Portanto é preciso analisar isto de uma forma de integrada e não com uma perceção muito

superficial, porque há um histórico por detrás. E é preciso perceber estas dinâmicas. Disse. Obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

"Muito obrigado Senhor Presidente. Nós entendemos que quando um partido apresenta uma proposta de recomendação à Câmara. Provavelmente devia ter havido um passo anterior que era tentar saber junto da Câmara aquilo que está a ser feito ou não, relativamente aquilo que é recomendar. Parece-nos que neste caso isso não aconteceu de todo. E, portanto, dá-me impressão que o documento que a Câmara nos entregou prova que a Câmara está a fazer um bom trabalho. Muitas das ideias que o Bloco aqui apresenta já vêm tarde, porque já estão a ser feitas. Aliás, eu diria até que relativamente aos números da recolha seletiva, se calhar a situação até melhor. Porque depois vemos para além daquele elenco de por tipologia de resíduos, que há mais uma série de pontos de recolha de outros tipos de resíduos, que provavelmente não passam pela ERSUC.

Falo desde as cápsulas de café, as rolhas de cortiça, as pilhas, os pneus, as baterias, que têm os seus canais próprios e são tratadas por outras entidades. Mas tudo isso faz com que haja menos resíduos no lixo comum, digamos assim. E a situação em Aveiro parece-me boa e a melhorar. Pelo menos eu noto na zona onde moro que foi recentemente duplicado o número de contentores do ecoponto e eles continuam a estar cheios. Portanto tenho a impressão que a ERSUC não consegue dar vazão à quantidade de resíduos que nós separamos em nossas casas e pomos nos devidos contentores. Isso é que é importante que seja alterado.

Porque há um problema no meio disto tudo. Nós praticamente todos moramos em apartamentos, selecionamos o tipo de resíduos dentro das nossas casas, mas tudo isto tem um limite. Ou temos perto de casa, muito perto, de pontos de recolha para ir deixando os resíduos ou então temos uma lixeira dentro de casa. Porque há outros países em que a tipologia de residência é mais moradia, tem jardins, podem ter contentores no exterior e a coisa é diferente. Quando falamos de apartamentos ou há os pontos de recolha próximos ou então a coisa não funciona.

E o trabalho que foi começado há 20 ou 25 anos atrás nas escolas primárias, esse trabalho deu frutos. Não é imediato mas há uma consciência. Os miúdos trouxeram para casa, para as famílias, uma consciência da reciclagem, da importância de separar os resíduos, e eu acho que nós estamos no bom caminho.

Por isso relativamente a este ponto cinco nós votaremos contra, porque entendemos que é desajustado da realidade apresentar esta proposta de resolução.

Quanto ao ponto seis, tomámos nota de que o Bloco de Esquerda é favor deste aumento de 100% da tarifa geral de resíduos. Apenas quer que não seja já. Pois nós somos completamente contra e, por isso também votamos contra esta proposta da moratória. Disse."

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁹

"Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos a discutir os dois pontos em conjunto, eu relativamente ao ponto seis, como aliás foi referido pelo expoente, o que é pedido é que estão Assembleia Municipal defenda uma moratória e que envie uma moção aos grupos parlamentares, e outra ao Primeiro-ministro, e ao Ministro do ambiente.

Ora eu acho que este ponto devia ser pura e simplesmente retirado da ordem de trabalhos, na exata medida em que, ontem, na Assembleia da República, na sequência da apreciação

parlamentar 35/14, com os votos contra do PAN, a abstenção do PCP e do PEV e os votos favoráveis do PS, PSD, BE, CDS, e IL, aprovou exatamente uma moratória nesse sentido.

Portanto não creio que faça sentido algum enviar um ofício da Assembleia Municipal a reivindicar aquilo que foi votado ontem.

Relativamente ao ponto cinco, a proposta de recomendação. Manifestamente não há aqui nada com que se discorde, como foi referido. Se recomenda à Câmara que melhore o desempenho ambiental, é óbvio que qualquer Câmara pretende melhorar o desempenho ambiental; que não duplique o investimento. Não creio que haja alguma que esteja empenhada em duplicar o investimento; que melhor os fluxos. Obviamente. Há apenas uma questão que não é de somenos, que é relevante, e para a qual a Câmara deveria dar uma resposta, que é a aplicação da tarifa social automática, na exata medida em que a própria ERSAR, aliás a Câmara distribuiu os louvores que a ERSAR lhe dirigiu, mas é a própria ERSAR, que em recomendação, que cito, destaca a clara vantagem para as partes envolvidas da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores e regimes.

A tarifa social automática visa proteger precisamente aqueles consumidores, que pelas suas dificuldades económicas acompanhadas normalmente também de alguma de dificuldade em acompanhar todos os direitos que lhes assistem. E a não existência de uma tarifa social acaba por os prejudicar porque deveria ser uma decorrência direta da situação de insuficiência económica atestada pelos serviços da Segurança Social, que com os dados cruzados com autarquias permitiria automaticamente torna-los beneficiários e não propriamente obriga-los à reprodução de todos estes pedidos na Segurança Social.

Portanto por que razão ou se existe um óbice para a atribuição, como prevê, aliás, uma deliberação do município da concessão de atribuição automática. Obrigado."

Presidente da Mesa

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[051](#)

" Sobre estes dois pontos a bancada do PSD não vai acompanhar nenhuma das propostas. E já agora, eu hoje só trago primeiros prémios, lembrar que o município de Aveiro foi distinguido pela ERSAR, com o prémio de "excelência" no serviço de gestão de resíduos urbanos durante o período de 2019. E já agora só dar uma nota de algo. Este é um tema que tem evoluído ao longo dos anos. Temos muito ainda para caminhar deste ponto de vista. Mas eu acho que tem que ser feito com cuidado e dando algum tempo.

A prova disso foi um projeto recente do qual eu fui beneficiário, simplesmente porque vivo no bairro da força-vouga, que foi o LifePayt. Que na sua primeira sessão de arranque teve problemas efetivamente ao nível da tecnologia que estava a ser usada. Mas eu recordo que foi um projeto que na segunda fase tudo está a funcionar lindamente e não teve uma adesão por parte de grande parte dos munícipes, chegando mesmo a vandalizar alguns dos contentores desse projeto.

Eu acho que foi uma pena, mas é demonstrativo desta necessidade e da evolução que vamos ter que fazer a este nível. Porquê? Porque o objetivo primário deste projeto era incentivar a reciclagem e medindo os resíduos indiferenciados que todos nós produzimos e que iriam ser medidos em volume para em função disso depois na fatura da água vir esplanada essa componente da reciclagem que os munícipes faziam.

Portanto é um caminho longo e eu ouvi muitas vezes esse projeto ser maltratado aqui nesta Assembleia Municipal. Obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵²

" Muito obrigado Senhor Presidente. Muito sinteticamente. David a Câmara tem já a tarifa social dos resíduos, apenas ela não está num formato automático, as pessoas têm que se candidatar. Mas essa será uma perspectiva que temos devidamente anotada para uma revisão regulamentar. O nosso regulamento não prevê esse automatismo e, portanto, teremos que o implementar. As pessoas podem se candidatar sem problema nenhum, mas o automatismo não está no nosso regulamento e terá que ter uma alteração para o podermos fazer, ponto um.

Ponto dois. Na nossa filosofia de gestão, os apoios sociais (e conhece com certeza o regulamento do fundo de apoio às famílias) a lógica é a de apoiar toda a estrutura de custos e não individualizarmos alguma.

Portanto nós discordamos deste modelo. Que é o modelo do país, sabemos disto. Apoia-se por factor de energia, por factor de resíduos, apoiámos por factor da água, nós discordamos disso.

O nosso modelo, que está ao dispor para ser usado por muitos dos nossos concidadãos, é o modelo de apoio ao rendimento para dar uma ajuda naquilo que é a sustentabilidade da estrutura de despesa total de uma família, que inclui a electricidade, a águas, os resíduos, etc. é um modelo diferente. Agora em relação a essa questão do automatismo deixar clara a resposta ao que colocou.

Três questões complementares. A primeira dar nota ao Eduardo que era o que mais faltava que o BE faça um comunicado a bater na Câmara e a Câmara não tem o direito de fazer um comunicado a responder ao Bloco de Esquerda. Era o que mais faltava!

Eu sei que vocês têm muita afinidade com aqueles regimes políticos que põem aquele pó que faz mal no chá aos adversários políticos. Sei que vocês gostam muito dessas coisas.

Mas aqui não há disso! Aqui há uma democracia. O Bloco fez um comunicado a bater na Câmara e nós entendemos que devíamos responder. Há muitos que não respondem. Mas nós respondemos e entendemos que naquele devia.

Citou a Câmara! Não foi nenhum ataque ao PSD nem o CDS nem ao PPM. Foi à Câmara. E dada a gravidade e a distorção da realidade, entendemos responder. Era o que mais faltava. Não sei essa sua visão democrática muito distorcida.

A outra questão e deixar isto claro. É uma luta dos Municípios Portugueses contra a duplicação da TGR. Mas estamos todos juntos. Não há os comunistas e os socialistas, os populares e os independentes, estamos todos no mesmo barco.

A duplicação da TGR que este Governo provocou por despacho do Ministro do Ambiente é um absurdo. Se lerem a entrevista que o Ministro deu para justificar esta matéria e sabemos que o Ministro Matos Fernandes é um homem que argumenta muito bem, de grande competência política, foi um desastre a resposta dele a justificar.

E justifica com aquela questão da importação de resíduos!?! Nós sabemos que, de facto, Portugal tem uma situação absurda, que é ser um grande importador de resíduos, que vêm até da Argélia e não é do espaço europeu, até da Argélia.

Portanto se têm de aplicar impostos, nomeadamente a países fora do espaço europeu, porque dentro do espaço europeu obviamente há limitações e outras regras, pois faz favor seja aplicado. E não é duplicar é quintuplicar. Agora por causa disso vamos onerar as entidades nacionais? Mas por alma de quem?

Eu exorto todos a lerem a entrevista do Senhor Ministro que, repito, se há político em Portugal que argumenta bem é o ministro Matos Fernandes, mas que nesta matéria é um desastre. Mas porquê? Porque não há justificação.

Portanto qual moratória? Mas a gente quer saber lá de alguma moratória! Ponham lá a moratória no arquivo morto porque não interessa para nada. Seja de 6 meses, seja do que for.

A nossa luta é a luta de revogação, da anulação, porque não há justificação nenhuma, nem ambiental, nem financeira, de nada! Deixem-se lá de moratórias. Eu não quero saber disso para nada.

Eu sei que a nossa esquerda gosta muito de empalear. Mas aqui é uma questão muito simples. A duplicação da TGR traz uma despesa acrescida de forma inaudita, duplicando nesta componente dos resíduos, sobre as entidades gestoras, como é a Câmara Municipal de Aveiro e como são todas as Câmaras municipais do país e, obviamente, sobre os cidadãos. Sem justificação. E por isso somos contra. Lutamos, continuamos a lutar, pela sua revogação.

Ultima nota. Apenas para, enfim, dar conta que entendemos relevante partilhar um documento, que obviamente é um documento exaustivo, que foi trabalhado pelo nosso Vereador João Machado, com a ajuda dos nossos Serviços, que é uma sistematização, para terem uma noção global do que temos feito. E muito especialmente a área dos bioresíduos, que temos trabalhado bastante, quer na ambiência da comunidade intermunicipal da Região de Aveiro, seja da ambiência do município de Aveiro e que, obviamente, está lá escrito de forma clara, vamos ter muito trabalho nessa área.

Aliás, em razão daquilo que à bocado dizia, respondendo ao Jorge. Esta é uma matéria em que de facto temos uma boa performance. O prémio de excelência que recebemos, não é nenhum concurso, não nos candidatamos a nada. É o trabalho da entidade reguladora na sua avaliação. Normalmente nestes prémios não se apresentam candidaturas, não se trata de nada disso. Estamos de facto num patamar muito alto. Em razão do mérito do trabalho de toda a gente, dos nossos cidadãos, da Veolia, da ERSUC, etc.

Mas obviamente temos pela frente desafios muito importantes. Tivemos boas notícias hoje mesmo, vamos partilhá-las publicamente na próxima semana. São os dados de 2020 consolidados da recolha de resíduos. E continuamos a crescer na recolha seletiva. Lembro que demos um pulo grande. Nós tínhamos andado nos últimos anos entre os 7 a 8% da nossa produção total é que era resíduos seletivos. Demos um pulo em 2019 para os 10%.

E agora temos mais um crescimentozinho. Vamos tornar esses dados públicos.

O Filipe disse e bem, que temos muito para fazer. Claro que sim. E esta frente dos bioresíduos é de facto uma frente muito importante, muito complexa tecnicamente, logisticamente, financeiramente. Temos este projeto do canal Horeca que o Eduardo referenciou e bem. Está explicado no documento. E ele é muito importante para manusearmos um sistema de um grande produtor ou melhor de uma rede muito produtora. E obviamente num quadro experimental para depois passarmos à massificação da recolha selectiva dos bioresíduos em todos os sítios produtores, nomeadamente nos sítios onde as pessoas residem. Muito obrigado."

(Entretanto saíram da sala os Vogais, Raúl Ventura Martins, João Carlos Rodrigues Morgado e Manuel José Prior Pedreira das Neves.)

Membros da Assembleia

Vogal Eduardo Antunes (BE)⁰⁵³

"Muito obrigado Senhor Presidente. Agradeço desde já os contributos e as participações de todos. De facto é como o PAN disse. O país não cumpre uma única meta nacional ou europeia no que toca o setor dos resíduos. E, portanto, é importante que tínhamos propostas nesse sentido, que foi também esse o nosso intuito com estas discussões aqui nesta

Assembleia Municipal. E também concordam que empresas como a Mora Engil que tem mau desempenho paguem a taxa. O que nos parece também muito bem e de salientar.

No que toca ao CDS critica este aumento da PGR, porque, de facto, se calhar quer dar essa borla a este tipo de empresas. Mas ao mesmo tempo na Assembleia da República, votou a favor da moratória! Isto assim fica um bocado por explicar estas duplas posições.

Também o Presidente da Câmara Ribau Esteves, também falou de coisas que foram feitas já no passado sobre estes setores, é verdade. Algumas bem. Por exemplo, sobre sector dos bioresíduos que ainda agora acabámos de ouvir, nesse sentido nós temos alguma preocupação sobre o teste à aplicação de novo fluxo de bioresíduos que foi entregue à Veolia, sem concurso público.

É importante que existam políticas públicas para este fluxo. É um fluxo muito complexo como acabou de explicar. Mas não nos parece que isso deva ser feito de todo sem com concurso público, entregando a um privado sem qualquer tipo de concurso público. Isto é um erro Senhor Presidente.

Dizer também que o PSD destacou o prémio da ERSAR de excelência, mas também gostava de ouvir o PC a destacar que, de facto, os 157% colocam a Câmara Municipal de Aveiro, como a autarquia que está à frente no que toca a colocar um custo agravado junto das suas populações. Gostava de o ouvir já que falou tanto da ERSAR.

E também sobre os contentores falaram sobre o sistema LifePayt, mas nós não vemos a política ambiental como focada nas ações dos indivíduos. E, portanto, a posição que temos sobre esse sistema já vem desde trás. Achamos que o problema da crise ambiental está sim no sistema consumista e não nos problemas da ação dos cidadãos.

Não faz sentido para nós focarmo-nos em ações individuais, como se essa fosse a resolução deste tipo de problemas, quando o problema é o sistema produtivo massificado do descartável. E, portanto, é aí que deve estar o ónus.

O Partido Socialista falou sobre a tarifa social mas isso já o propomos para vários tipos de questões, de que deve ser automatizada. E gostávamos de ter esse número de quantas famílias em Aveiro é que estão de facto a beneficiar desta tarifa social, como o Senhor Presidente Ribau Esteves falou, gostávamos de facto, de ter esse número publico.

É que a proposta que defendemos da tarifa social automatizada, e é muito importante que seja automaticamente, porque não faz sentido que as famílias tenham de se dirigir à Câmara, e fazer uma espécie de peditório, para que sejam incluídas na tarifa social. Isto não tem cabimento.

Mas se esta proposta de tarifa social automatizada seria aplicada a 5.164 famílias que são as famílias que neste momento estarão em carência económica em Aveiro. Por isso gostaríamos de saber se os seus números vão de acordo com estes que nós temos. É tudo. Obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[054](#)

Não se verificando mais intervenções, colocou à votação⁰⁵⁵ o ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação "Por medidas de melhoria do sector dos resíduos e a aplicação de tarifa social automatizada", sendo a mesma rejeitada com vinte e um votos contra (PSD15+CDS6) zero abstenções, e doze votos a favor (PS8+BE2+PCP1+PAN1).

Continuando colocou à votação⁰⁵⁶ o ponto 6 - Apreciação e votação da Moção "Por uma moratória ao aumento da taxa de gestão de resíduos e uma maior

comparticipação dessas verbas para os municípios”, sendo a mesma rejeitada com trinta votos contra (PSD15+CDS6+PS8+PAN1) uma abstenção (PCP1), e dois votos a favor (BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal David Silva (PCP)

"A declaração de voto é a minha intervenção."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)

"A declaração de voto é a minha intervenção."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁵⁷ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Fevereiro de 2021.

Eram 01:15 horas do dia 27 de Fevereiro de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)